INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

SABEDORIA ANCESTRAL, PRÁTICA CONTEMPORÂNEA: NARRATIVAS DO PARTEJAR TRADICIONAL NO SÉCULO XXI

LUANA DE PAULA SANTOS

Foz do Iguaçu
07 de outubro de 2024

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

SABEDORIA ANCESTRAL, PRÁTICA CONTEMPORÂNEA: NARRATIVAS DO PARTEJAR TRADICIONAL NO SÉCULO XXI

LUANA DE PAULA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientadora: Profa. Dra. Senilde Alcantara Guanaes

Foz do Iguaçu
07 de outubro de 2024

SABEDORIA ANCESTRAL, PRÁTICA CONTEMPORÂNEA: NARRATIVAS DO PARTEJAR TRADICIONAL NO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea da América Latina.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Profa. Dra. Senilde Alcantara Guanaes
UNILA

_____
Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses
UNILA

_____
Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes
UFMS

_____
Prof. Dr. Odemar Leotti
UFR

Foz do Iguaçu, 07 de outubro de 2024.

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

S237
Santos, Luana de Paula.
Sabedoria ancestral, prática contemporânea: narrativas do partejar tradicional no século XXI / Luana de Paula Santos. - Foz do Iguaçu, 2025.
93 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu-PR.
Orientador: Senilde Alcantara Guanaes.

1. Mulheres. 2. Parteiras. 3. Parto Natural. 4. Saberes Ancestrais. 5. Patrimônio Cultural Imaterial. I. Guanaes, Senilde Alcantara. II. Título.

CDU 618.4-055.5

Às parteiras tradicionais da América Latina por atenderem ao chamado da vida. Em especial às queridas Ciléia Biaggioli (SP), Eliane Scheele (RS) e Karoline Eulálio (PB), pelo acolhimento e por compartilharem seus conhecimentos e experiências, obrigada mestras!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu filho Luís, por toda inspiração e compreensão durante minha jornada pessoal, acadêmica e profissional.

Agradeço à minha mãe Vera Lúcia *(in memorian)* e ao meu pai Lourival Manoel, por sempre me incentivarem na jornada do conhecimento.

Agradeço à minha orientadora, Senilde, por todo acolhimento e ensinamentos.

Agradeço aos professores e membros da banca, Aguinaldo, Gerson e Odemar não apenas pelos apontamentos e contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho, mas também pelos ensinamentos enquanto professores em algum momento da minha jornada acadêmica.

Agradeço ao meu companheiro, Heitor, por me oportunizar ânimo para a escrita, mesmo nos dias em que o meu corpo estava cansado.

Agradeço às minhas amigas e aos meus amigos, que ao longo de uma vida toda não soltaram minhas mãos. Em especial, à Andrielly *(in memorian)* por ter me acolhido e me mostrado toda força feminina e ancestral que carrego em mim, mesmo nos dias em que eu não acreditava mais ser possível continuar caminhando.

Agradeço às parteiras tradicionais da América Latina por todas as suas sabedorias ancestrais, sobretudo, à Ciléia, Eliane e Karoline por compartilharem de modo tão enriquecedor com seus relatos para esta pesquisa e por perpetuar geração após geração com a prática do partejar tradicional.

Agradeço a toda minha ancestralidade, pela minha existência, fé e força.

PARTO

Sonhei que do meu peito
Nascia flores e frutos
Entre minhas pernas brotavam amoras e figos
E todos se ajoelhavam

O milagre da vida
Havia em mim se revelado

Era como se a terra toda brotasse
Era como se meu corpo a terra fosse
Era como se a vida em meus olhos olhasse
Como se as mãos ela me desse
Era como se calada desde sempre estivesse
e somente de mim agora a palavra nascesse
A palavra vida como única palavra
se fazendo corpo em meu corpo estava
Meu corpo de lençóis exposto ao vento

Agora mar mais do que rio
eu espaço mais que tempo

Eu disse sim quando pari
Disse eu topo
Aceito e afirmo, mesmo com medo.
Todas as coisas

Foi o que disse quando fiz um filho
e foi quando ele me fez

(MOSÉ, Viviane)

RESUMO

O ato de parir é um rito presente em diversas culturas e períodos da história humana, sempre acompanhado por outra mulher além da parturiente: a parteira. Essas mulheres desempenham um papel fundamental desde a gestação até o nascimento, muitas vezes sendo alguém da própria família ou uma figura de confiança dentro da comunidade. Nas regiões onde as parteiras tradicionais atuam, existe uma rede de apoio entre as mulheres, baseada na transmissão de saberes e práticas de cuidado, passados de geração em geração em uma mesma família, ou através de outras mestras, por meio de narrativas orais. Essa dinâmica fortalece a identidade cultural das comunidades em que essas práticas sobrevivem. O partejar tradicional, nesse contexto, emerge como uma resistência cultural e política frente à crescente medicalização e industrialização do parto. Suas raízes estão profundamente conectadas às culturas indígenas e africanas, mantendo vivas tradições milenares e preservando um saber ancestral que transcende o tempo. A presente dissertação, por meio de narrativas de parteiras tradicionais que atuam na contemporaneidade, busca examinar as transformações e permanências desse saber-fazer, que hoje é reconhecido como patrimônio cultural imaterial. O estudo valoriza a prática do partejar tradicional não apenas como um legado do passado, mas como uma prática viva e relevante que resiste às pressões da modernidade e da lógica do parto hospitalar.

Palavras-chave: Mulheres, Parteiras Tradicionais, Parto Natural, Saberes Ancestrais, Patrimônio Cultural Imaterial.

RESUMEN

El acto de parir es un rito presente en diversas culturas y períodos de la historia humana, siempre acompañado por otra mujer además de la parturienta: la partera. Estas mujeres desempeñan un papel fundamental desde la gestación hasta el nacimiento, siendo muchas veces alguien de la propia familia o una figura de confianza dentro de la comunidad. En las regiones donde actúan las parteras tradicionales, existe una red de apoyo entre las mujeres, basada en la transmisión de saberes y prácticas de cuidado, que se transmiten de generación en generación dentro de una misma familia, o a través de otras maestras, por medio de narrativas orales. Esta dinámica fortalece la identidad cultural de las comunidades donde estas prácticas sobreviven. El parteo tradicional, en este contexto, emerge como una resistencia cultural y política frente a la creciente medicalización e industrialización del parto. Sus raíces están profundamente conectadas con las culturas indígenas y africanas, manteniendo vivas tradiciones milenarias y preservando un saber ancestral que trasciende el tiempo. La presente disertación, a través de narrativas de parteras tradicionales que actúan en la contemporaneidad, busca examinar las transformaciones y permanencias de este saber-hacer, que hoy es reconocido como patrimonio cultural inmaterial. El estudio valora la práctica del parteo tradicional no solo como un legado del pasado, sino como una práctica viva y relevante que resiste las presiones de la modernidad y la lógica del parto hospitalario.

Palabras clave: Mujeres, Parteras Tradicionales, Parto Natural, Saberes Ancestrales, Patrimonio Cultural Inmaterial.

ABSTRACT

The act of giving birth is a rite present in various cultures and periods of human history, always accompanied by another woman besides the birthing mother: the midwife. These women play a fundamental role from pregnancy to birth, often being someone from the family or a trusted figure within the community. In regions where traditional midwives practice, there is a support network among women, based on the transmission of knowledge and care practices, passed down from generation to generation within the same family, or through other masters, via oral narratives. This dynamic strengthens the cultural identity of the communities where these practices survive. Traditional midwifery, in this context, emerges as a cultural and political resistance against the increasing medicalization and industrialization of childbirth. Its roots are deeply connected to Indigenous and African cultures, keeping millenary traditions alive and preserving ancestral knowledge that transcends time. This dissertation, through narratives of contemporary traditional midwives, seeks to examine the transformations and continuities of this practice, which today is recognized as intangible cultural heritage. The study highlights traditional midwifery not only as a legacy from the past but as a living and relevant practice that resists the pressures of modernity and the logic of hospital births.

Keywords: Women, Traditional Midwives, Natural Birth, Ancestral Knowledge, Intangible Cultural Heritage.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OMS - Organização Mundial de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Vela de canela acessa durante o meu trabalho de parto_____24
Imagem 2 - Contrações durante o meu trabalho de parto_____25
Imagem 3 - Vovó Cambinda_____27
Imagem 4 - Pré-Natal natural, projeto Sementeiras do Bem-Nascer_____48
Imagem 5 - Assistência à um parto na Comunidade Guarani_____50
Imagem 6 - Capa do livro “Sementeiras do Bem-Nascer” _____53
Imagem 7 - QR CODE do Podcast “Sementes do Bem-Nascer” _____54
Imagem 8 - Nascimento de Maria Lua, dezembro de 2021_____56
Imagem 9 - Nascimento de Ísis, dezembro de 2023_____57
Imagem 10 - Capa do livro “Dona Livette” _____60
Imagem 11 - Atendimento em 2023_____61
Imagem 12 - Aparando uma criança em um parto_____64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO _____ ***12***

2 ENTRE VIVÊNCIAS E ESCREVIVÊNCIAS: O ENCONTRO DO MEU OLHAR COM AS PARTEIRAS TRADICIONAIS _____ ***21***

2.1 Adorei as almas: a influência espiritual de Vovó Cambinda no meu chamado para o Partejar Tradicional _____ ***26***

2.2 Escrevivências, etnografia e história oral: o uso das metodologias na pesquisa acerca do partejar tradicional _____ ***28***

3. A IMPORTÂNCIA DOS SABERES TRADICIONAIS _____ ***34***

3.1 Colonização e deslocamento dos partos ao longo da História do Brasil _____ ***38***

3.2 Como o capitalismo e o racismo tentam subjugar os saberes tradicionais ____ ***41***

4. VOZES DO PARTEJAR: NARRATIVAS DE SABEDORIA E TRADIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE _____ ***47***

4.1 Partejar como conexão espiritual e herança ancestral: narrativas de Ciléia Biaggioli _____ ***48***

4.2 O estado de presença da parteira tradicional: narrativas de Eliane Scheele ___ ***55***

4.3 A parteira como guardiã dos ciclos da vida, entre as mortes e renascimentos: narrativas de Karoline Eulálio _____ ***61***

4.4 As confluências entre as narrativas e as experiências destas mulheres _____ ***66***

5. O RECONHECIMENTO DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL _____ ***68***

5.1 A legislação sobre o Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil _____ ***69***

5.2 Por que o ofício das parteiras tradicionais é um patrimônio cultural imaterial __ ***73***

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PELA DESCOLONIZAÇÃO DOS PARTOS E O RESGATE DA CULTURA DO PARTEJAR TRADICIONAL _____ ***76***

7. REFERÊNCIAS _____ ***81***

8. ANEXOS _____ ***84***

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história do partejar tradicional, em muitas situações, além do nascimento, as parteiras desempenhavam os papéis de benzedeiras, curandeiras e raizeiras, cuidando não apenas das gestantes e parturientes, mas também dos outros membros da comunidade. Durante o período colonial no Brasil, esses ofícios e cuidados relacionados à saúde eram realizados majoritariamente por mulheres, sobretudo indígenas e africanas, em uma rede de trocas de saberes ancestrais, imersos em ritos e crenças populares. Contudo, ao longo dos séculos, os avanços da medicina moderna e do mercantilismo começaram a se infiltrar e a se apropriar do protagonismo dessas mulheres nos cuidados com a saúde.

Com a entrada de novos sujeitos nesse cenário, especialmente com a presença dos médicos, o parto passou a contar notadamente com a figura masculina. Isso desencadeou um processo de colonização e capitalização dos saberes, resultando na perda de espaço para as parteiras atuarem e em seus deslocamentos para os hospitais, muitas vezes como assistentes e subjugadas aos médicos obstetras. Essa mudança também levou à perda de protagonismo das parturientes em seus próprios partos. Nesse contexto, emergem conflitos que envolvem a hierarquização dos saberes e das relações de poder, refletindo a colonialidade do conhecimento e a imposição de uma hierarquia de gênero, na qual os homens sobrepõem-se às mulheres sob o patriarcado.

É importante também considerar os aspectos religiosos nos ritos de nascimento, que revelam a amplitude de saberes e cuidados entre as mulheres. No entanto, como afirma Del Priore, houve perseguições por parte dos inquisidores do Santo Ofício, que consideravam essas práticas como sendo de inspiração diabólica: "Para cicatrizar feridas, devia-se invocar Santo Amaro; dores de cabeça seriam resolvidas com oração a santa Brígida; e partos difíceis, com preces a Santa Margarida ou Santo Adriano" (DEL PRIORE, 2004, p. 92). Mesmo com a repressão da Igreja, essas mulheres continuaram sendo as principais responsáveis por esses cuidados.

Nos séculos XVII e XVIII, com o desenvolvimento da medicina ocidental na Europa, os corpos começaram a ser vistos como máquinas que precisavam de

reparo. Na França, no século XIX, as mãos das parteiras foram substituídas pelo fórceps nas mãos dos médicos, que passaram a intervir na retirada dos bebês (MARTIN, 2006). Além de fazer a metáfora do corpo feminino como uma máquina a ser consertada pelo médico, Emily Martin também faz uma analogia do corpo feminino como uma máquina de reprodução, na qual o médico desempenharia o papel de supervisor ou proprietário desse corpo. Ao observarmos os cenários da obstetrícia e os procedimentos do pré-parto ao pós-parto, especialmente com o aumento das cesarianas, é possível perceber claramente essa lógica fabril nesses processos.

Em 1832, após a chegada da família real ao Brasil, foi oficializada a formação de parteiras diplomadas. Em 1834, a francesa Marie Josephine Matilde Durocher recebeu o primeiro diploma de parteira pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No entanto, o curso exigia fluência no francês e alfabetização, o que excluiu a maioria das parteiras tradicionais. Assim, elas continuaram a exercer suas atividades sem diploma, enquanto as parteiras diplomadas, especialmente as estrangeiras, ganhavam cada vez mais espaço. No século XX, com o avanço da medicina alopática e sob a égide da higienização, as parteiras foram gradualmente desapropriadas de seus conhecimentos e funções, com campanhas sendo organizadas contra elas. A urbanização e a modernização das práticas de saúde foram vistas como parte dos supostos avanços civilizatórios, marginalizando as práticas tradicionais do campo.

Esses processos de medicalização dos partos podem ser compreendidos à luz do conceito de biopoder, de Michel Foucault (2008), que se refere à biopolítica do corpo. À medida que as práticas disciplinares adentram o núcleo hospitalar, ele se transforma em um instrumento de medicalização, que disciplina os corpos, incluindo o das parturientes. Para Foucault, os aspectos biológicos dos corpos são fundamentais na esfera política, e o biopoder exerce controle sobre esses corpos, como no caso dos partos, onde o nascimento é instrumentalizado nos espaços hospitalares:

> [...]com a disciplinarização do espaço hospitalar que permite curar, como também registrar, formar e acumular saber, a medicina se dá como objeto de observação um imenso domínio, limitado, de um lado, pelo indivíduo e, de outro, pela população. Pela disciplinarização do espaço médico, pelo fato de se poder isolar cada indivíduo, colocá-lo em um leito, prescrever-lhe um

> regime, etc., pretende-se chegar a uma medicina individualizante. Efetivamente, é o indivíduo que será observado, seguido, conhecido e curado. O indivíduo emerge como objeto do saber e da prática médicos. Mas, ao mesmo tempo, pelo mesmo sistema do espaço hospital disciplinado se pode observar grande quantidade de indivíduos [...] (FOUCAULT, 2008. p.111)

Portanto, a medicina denominada "saber autorizado" deslegitimou e desapropriou outros saberes que não fossem acadêmicos, incluindo os das parteiras. Essas mulheres passaram a ser desqualificadas e acusadas de exercerem o ofício sem higiene e assepsia. Com o advento do êxodo rural na década de 1960 e o deslocamento em massa das áreas rurais para as áreas urbanas, junto com os processos de modernização e os avanços das práticas e discursos médicos, as práticas de parto domiciliar diminuíram drasticamente. Isso marcou o que Martins (2004) denomina de "hospitalização do parto" na segunda metade do século XX. A partir desse momento, os partos, que até então eram eventos fisiológicos, passaram a ser tratados como patológicos, desencorajando-se o parto domiciliar e promovendo o aumento de partos hospitalares.

Com esse cenário de crescente hospitalização do parto e desvalorização das práticas tradicionais das parteiras, é fundamental examinar as transformações como algo que impactou diretamente as mulheres. Afinal, ao se falar sobre as parteiras e o parto, estamos abordando a história das mulheres e o feminismo. Essa interseção é crucial, pois reflete como o corpo feminino e os saberes tradicionais foram marginalizados ao longo dos séculos. Para compreender melhor esse processo, é necessário compreender como e quando as mulheres foram incluídas na “história oficial” como agentes e protagonistas.

A historiadora Margareth Rago destaca a importância de considerar o impacto das teorias feministas na produção historiográfica, ressaltando que:

> "A emergência de novos temas, de novos objetos e questões, especialmente ao longo da década de setenta, deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, inicialmente a partir do padrão masculino da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política. Este quadro ampliou-se, posteriormente, com a explosão dos temas femininos da Nouvelle Histoire, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade…" (RAGO, 2012, p. 39).

Assim, refletir sobre o partejar, as parteiras e o parto está intrinsecamente

ligado à história das mulheres, especialmente quando analisada sob a ótica das pautas feministas. Rago argumenta que, à medida que o feminismo ocupou os espaços acadêmicos, houve uma demanda por uma produção historiográfica que abordasse as mulheres como protagonistas. Joan Scott, em seu artigo "História das Mulheres", também afirma que o estudo da história das mulheres emergiu a partir do movimento feminista dos anos 1960. Segundo ela, o feminismo instigou uma reavaliação da história, destacando as mulheres e questionando a hegemonia masculina na narrativa dos grandes feitos históricos.

Scott aponta que, inicialmente, a história das mulheres tinha um viés político, mas, na década de 1970, passou-se a investigar aspectos cotidianos de suas vidas ao longo da história. Nos anos 1980, a história das mulheres se consolidou como um campo de estudo, sem, no entanto, romper os laços com o feminismo. A ligação entre a história das mulheres e o feminismo permanece até hoje, refletindo o objetivo de dar visibilidade às mulheres, tanto na política quanto em outros aspectos sociais. Scott enfatiza que: "[...] as feministas questionavam se algum dia poderia haver avaliações imparciais do saber, sugerindo que elas não eram mais que atitudes hegemônicas de um ponto de vista interessado." (SCOTT, 1992, p. 73).

A partir dessa afirmação de Joan Scott sobre as avaliações de produção do saber, podemos entender que os saberes eram avaliados com base em quem os produzia e onde eram praticados, excluindo as mulheres desses espaços “autorizados” de conhecimento . Desse modo, podemos interpretar o deslocamento e a colonização de saberes entre médicos e parteiras como um reflexo de interesses hegemônicos que mantiveram as parteiras à margem do saber legitimado.

A emergência da história das mulheres como campo de estudo, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, configurou-se como um movimento político e acadêmico de enfrentamento à hegemonia masculina nas narrativas históricas. Conforme afirma Martins (2020):

> Entre as décadas de 1960 e 1970, a história das mulheres começou a se definir em contraposição à história escrita de um ponto de vista hegemônico, com o objetivo de tornar visível o lugar das mulheres no passado. Mais do que uma reação circunscrita ao meio acadêmico, iniciara-se como um projeto político das mulheres pelo direito à memória histórica e do que se pode denominar uma ação reparatória contra o apagamento e a exclusão pela escrita histórica institucionalizada. (Martins, 2020, p. 244)

Essa perspectiva é fundamental para refletirmos sobre as trajetórias das parteiras tradicionais, que muitas vezes foram relegadas à invisibilidade pela história institucionalizada. A luta por dar visibilidade a esses saberes tradicionais não é apenas uma questão de memória, mas um esforço para resgatar e legitimar práticas que foram marginalizadas em decorrência do monopólio médico e da medicalização do parto. As parteiras carregam em si a memória coletiva e o saber-fazer que transcende o mero ato técnico, representando uma resistência histórica ao apagamento promovido pela modernidade e pela institucionalização da medicina.

Além disso, a proximidade da história das mulheres com o movimento feminista permitiu um olhar crítico sobre áreas tradicionais do conhecimento, como a história da medicina. Nesse sentido, Martins (2020) aponta:

> A proximidade da história das mulheres com o movimento feminista dos anos 1960 e 1970 é uma das chaves para compreender o interesse das historiadoras pela história da medicina; afinal, esse é um campo tradicional da história, com uma narrativa muito semelhante à da história da ciência, de heróis intrépidos na luta contra as doenças e a ignorância; uma história de conquistas, descobertas e do progresso do conhecimento médico. O cenário desse interesse feminista se deu em duas direções: primeiro, como parte da construção de um conhecimento das mulheres sobre seus próprios corpos no interior de um movimento pela reforma da saúde, como contradiscurso ao establishment médico e resultado de grupos de discussão, de conscientização e de circulação desse saber feminino; segundo, como resultado de uma revelação da história da medicina não como uma história de heróis, mas uma história da opressão e do controle sobre os corpos femininos. (Martins, 2020, p. 245)

Nesse contexto, a medicalização do parto se insere como um contradiscurso relevante, que evidencia como a entrada do médico na obstetrícia reforçou o controle institucional sobre os corpos das mulheres. As parteiras tradicionais, ao recuperarem e perpetuarem saberes que dialogam com práticas ancestrais, configuram-se como um movimento de resistência a essa lógica hegemônica. É um retorno ao protagonismo feminino no cuidado com o parto e a maternidade, questionando o paradigma biomédico que desqualifica saberes não acadêmicos.

Por fim, a entrada dos médicos na obstetrícia foi acompanhada pela desvalorização e marginalização das parteiras, um processo que Martins analisa como um desdobramento da exclusão estrutural:

> Outra linha de investigação da história da medicina como história da opressão trata da entrada dos médicos na obstetrícia e do consequente afastamento e desvalorização das parteiras. (...) A tese é de que o

> monopólio das parteiras para cuidar das mulheres grávidas e em trabalho de parto foi rompido na Modernidade com a institucionalização da medicina e seus mecanismos excludentes, como a produção de conhecimento restrito às universidades fechadas às mulheres, o desenvolvimento de um aparato técnico que permitia intervenções cirúrgicas mais ousadas na obstetrícia e o fechamento das práticas médicas a quem não dominasse a linguagem, os códigos e os conhecimentos profissionais. Como as parteiras não faziam parte de uma profissão formalizada, foram desqualificadas pela profissão médica e marginalizadas. (Martins, 2020, p. 250)

Essa análise de Martins é essencial para compreender como o deslocamento de saberes entre médicos e parteiras reflete uma dinâmica de exclusão histórica. A marginalização das parteiras tradicionais não foi um processo natural, mas uma ação sistemática que visou concentrar o poder de cuidado no âmbito da medicina institucionalizada.

A importância dos estudos e movimentos feministas é inegável quando escrevemos acerca das mulheres, no entanto, essa perspectiva, muitas vezes centrada na experiência das mulheres brancas, nem sempre considerou as realidades das mulheres negras e indígenas. No contexto das parteiras tradicionais, isso se torna evidente. A luta dessas mulheres pelo reconhecimento de seus saberes se insere no campo dos direitos reprodutivos e da autonomia sobre seus corpos e suas comunidades. No entanto, ao longo da história, a institucionalização do parto e a imposição do modelo biomédico desconsideraram as experiências dessas mulheres, perpetuando relações de dominação e apagamento de suas práticas ancestrais.

A crítica de Lélia Gonzalez ao feminismo hegemônico reforça essa invisibilização:

> (...) apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial. (...) o que geralmente encontramos ao ler os textos e a prática feminista são referências formais que denotam um tipo de esquecimento da questão racial. (GONZALEZ, 2020, p. 127)

No caso das parteiras afrodescendentes e indígenas, essa omissão é ainda mais grave. Muitas dessas mulheres são marginalizadas, não apenas por serem mulheres, mas por serem negras ou indígenas, carregando consigo a herança de um saber-fazer que remonta à diáspora africana e às tradições indígenas. Esse esquecimento dentro do feminismo dominante reflete a hierarquização dos saberes,

na qual o conhecimento médico ocidental é colocado como superior às práticas tradicionais de cuidado.

A interseccionalidade entre raça e gênero, ignorada em muitas abordagens feministas eurocentradas, é crucial para compreender a marginalização das parteiras tradicionais. Como destaca Gonzalez:

> Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. (GONZALEZ, 2020, p. 129)

O ofício das parteiras tradicionais exemplifica essa intersecção. Durante séculos, essas mulheres foram as principais responsáveis pelo parto e pelo cuidado materno-infantil em comunidades rurais e periféricas. No entanto, com a ascensão da medicina institucionalizada e a exclusão sistemática dos saberes populares, elas passaram a ser criminalizadas, desvalorizadas ou relegadas ao campo da informalidade. Esse processo foi intensificado pelo racismo estrutural, que historicamente associou o saber negro e indígena à superstição ou à ignorância.

Essa exclusão está profundamente enraizada na ideologia do branqueamento, um dos mecanismos mais sofisticados do racismo latino-americano, conforme aponta Gonzalez:

> O racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. (GONZALEZ, 2020, p. 130)

A marginalização das parteiras negras e indígenas está diretamente ligada a essa lógica. O modelo biomédico eurocêntrico deslegitimou as práticas tradicionais e impôs a ideia de que apenas hospitais e médicos poderiam garantir partos seguros. Essa visão reforçou a crença de que o parto tradicional seria arcaico ou perigoso, um discurso que ainda hoje se mantém e que desconsidera os saberes passados de geração em geração por essas mulheres.

Diante desse cenário de exclusão, a organização coletiva de mulheres negras e indígenas se apresenta como uma estratégia fundamental de resistência. Gonzalez ressalta a importância da articulação entre movimentos de mulheres e movimentos étnicos:

> (...) não é difícil entender que nossa alternativa, em termos de movimento de mulheres, foi nos organizarmos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (e vice-versa, obviamente). (GONZALEZ, 2020, p. 134)

O trabalho das parteiras tradicionais na contemporaneidade, especialmente as afrodescendentes e indígenas, é um exemplo desse duplo enfrentamento. Ao reivindicarem o reconhecimento de seus saberes e seu direito de atuar, essas mulheres não apenas desafiam a hegemonia médica, mas também o racismo estrutural que historicamente desvalorizou suas práticas. Sua luta não é apenas pela sobrevivência de um ofício, mas pela preservação destes saberes e fazeres ancestrais.

Assim, a reflexão trazida por Lélia Gonzalez dialoga diretamente com a realidade das parteiras tradicionais na América Latina. Suas críticas ao feminismo hegemônico e ao racismo estruturante ajudam a compreender por que o reconhecimento desses saberes continua sendo um desafio, e por que é fundamental que a luta pelo direito ao partejar tradicional esteja inserida em uma perspectiva decolonial e interseccional.

Dessa forma, para observar as nuances dessas experiências e dar centralidade às vozes das parteiras, esta pesquisa[1] se vale de três metodologias principais: a história oral, a escrevivência e a etnografia, nas quais me debruço um pouco mais adiante. Na segunda seção, narro, ou melhor, escrevivo, como meus caminhos pessoais, acadêmicos, profissionais e religiosos se cruzaram com o tema desta pesquisa. Na terceira, recorro à importância dos saberes tradicionais do partejar e acerca dos processos de colonização e capitalização destes conhecimentos e práticas. Na quarta, apresento as entrevistas com as parteiras[2]

[1] A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. O Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - Plataforma Brasil, encontra-se disponível no Anexo III, página 89 da dissertação.

[2] Alguns grupos e profissionais têm sido objeto de questionamentos em relação às suas práticas e condutas, as quais estão sendo apuradas pelas instâncias responsáveis, mas que não são objeto da pesquisa, portanto, esses questionamentos não foram analisados por este trabalho.

Ciléia Biaggioli (São Paulo), Eliane Scheele (Rio Grande do Sul) e Karoline Eulálio (Paraíba), todas integrantes do Movimento Parteiras Tradicionais do Brasil, mulheres, jovens e mães, aprenderam com as mestras mais velhas e continuam a perpetuar esse saber-fazer, contribuindo para a cultura do bem-nascer. Ao longo dessas entrevistas, será possível demonstrar como essas parteiras atuam em três diferentes regiões do Brasil, revelando as particularidades e semelhanças em suas práticas contemporâneas. Na quinta seção, apresento o ofício das Parteiras Tradicionais como Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil, e por fim da sexta seção, faço minhas considerações finais defendendo a ideia de descolonização dos partos e a necessidade do resgate da cultura dos partos tradicionais.

Considerando que o epistemicídio foi uma das estratégias de dominação que mais afetaram a integração dos povos e países do continente, é importante destacar o papel relevante dos estudos sobre conhecimentos tradicionais na América Latina, não apenas pela dimensão intercultural desses estudos, necessária à expansão dos conhecimentos científicos em diversas áreas disciplinares, sobretudo as que envolvem campos de prática, métodos empíricos e/ou a superação de problemas comuns; como para a integração dos povos, uma vez que qualquer projeto de integração política, requer a inclusão epistêmica e a descolonização dos saberes.

2 ENTRE VIVÊNCIAS E ESCREVIVÊNCIAS: O ENCONTRO DO MEU OLHAR COM AS PARTEIRAS TRADICIONAIS

Não há outra maneira de iniciar o capítulo de abertura desta pesquisa sem rememorar as minhas próprias escrevivências até aqui. Afinal, o conceito de “escrevivência” desenvolvido pela escritora Conceição Evaristo refere-se à metodologia que entrelaça a escrita e as vivências, permitindo uma compreensão mais profunda e autêntica das experiências e saberes de grupos marginalizados ao longo da história, sobretudo, das mulheres negras.

Esse conceito é particularmente relevante para pesquisas que envolvem práticas culturais e saberes tradicionais, como o trabalho com parteiras tradicionais. Aqui, narrarei como as minhas escrevivências se entrelaçam ao tema deste trabalho, conduzindo-me a uma metodologia para investigar e compreender as práticas e narrativas das parteiras tradicionais, ressaltando sua importância para a preservação e valorização desses saberes. Afinal:

> A Escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si.(Evaristo,2020, p.35)

Portanto, ao trazer minhas narrativas, ou melhor, escrevivências, estas se entrelaçam na coletividade com as escrevivências de outras mulheres, que vieram antes de mim, ou mesmo as que ainda virão.

Para explicar como cheguei à escolha desta temática para pesquisa, precisarei retomar alguns anos antes, mais exatamente 32 anos atrás. Aos vinte dias de outubro de 1992, nasci em um parto repleto de violências obstétricas no Hospital das Damas, no município de Osasco, estado de São Paulo. Naquele momento, minha mãe, uma jovem mulher negra de 24 anos, trabalhadora doméstica que sequer havia completado o antigo primário, nem imaginava o que seria um parto humanizado, tampouco que os procedimentos adotados em seu parto seriam desnecessários, ou quiçá violentos. Meu pai, um jovem de 29 anos, que sempre variava entre o trabalho de servente de pedreiro ou de ajudante geral, e que completou o primário através do MOBRAL, e nem pôde acompanhar o meu

nascimento de perto, também não fazia a menor ideia do que seriam essas discussões a respeito dos partos.

Assim, em um contexto de vulnerabilidade social, marcado pelas violências obstétricas, eu nasci, filha de Vera e Lourival. Cresci na periferia de Osasco, fui alfabetizada pouco tempo antes de completar seis anos de idade e segui meus caminhos educacionais durante toda a educação básica em escolas públicas. Minha mãe limpava a casa e cuidava de filhos de médicos, advogados e professoras; meu pai oscilava entre trabalhos autônomos e a construção de prédios luxuosos onde nunca moraríamos. Mas algo que ambos sempre prezaram para os meus caminhos foi o acesso à educação. E, apesar de crescer em um seio familiar pobre, fui muito rica culturalmente, rodeada de livros, passeios ao cinema, teatro e museus, diferentemente de muitas crianças e adolescentes que compartilhavam a mesma realidade econômica ao meu entorno.

Os anos foram se passando, e em 2013, três anos após minha conclusão do ensino médio, prestei o ENEM e fui aprovada no SISU do ano seguinte, para cursar Licenciatura Plena em História na UFMT, campus de Rondonópolis. Meus pais me apoiaram, e mesmo sem conhecer ninguém na cidade ou estado, fui atrás da oportunidade de estudar em uma universidade pública. Adaptei-me rapidamente ao meu novo lugar no mundo e fiz novos amigos. Neste processo de experienciar o mundo que se abria diante dos meus olhos na universidade e fora dela, acabei engravidando no segundo semestre do curso, de modo não planejado.

Mais uma vez, meus pais me apoiaram, e minha mãe me pediu para que, não importasse o que ocorresse dali em diante, eu não desistisse dos meus estudos. A gestação não planejada mudou completamente a minha rotina e trouxe diversos questionamentos acerca da minha própria existência. Passava horas ao telefone com minha mãe, conversando sobre como era estar grávida e como seria um parto, pois eu sentia muito medo de passar por dores extremas ou por uma cesariana.

Foi a partir desta troca intergeracional, ao ouvir as narrativas de minha mãe, que me dei conta de como nosso primeiro encontro havia sido violento. Passei a pesquisar formas de evitar essa experiência, nesse contexto conheci a luta pelo

parto humanizado[3] e, mais que isso, a possibilidade de um parto domiciliar planejado[4]. Foram nove meses de gestação regados a leituras de artigos, relatos de partos, visualização de documentários, filmes, etc., acerca da possibilidade de trazer meu filho ao mundo sem submeter-me, ou a ele, a nenhum tipo de violência em sua chegada.

Meus pais, sempre muito atentos aos meus desejos e respeitosos com minha autonomia para fazer minhas próprias escolhas desde a infância, outra vez acolheram minha vontade e não somente me apoiaram em minha decisão, mas também me ajudaram financeiramente para que esta se tornasse possível.

Iniciei, então, uma busca pela cidade de Rondonópolis por uma doula e algum(a) profissional que fizesse a assistência ao meu parto. Na cidade, existiam algumas equipes de enfermeiras que acompanhavam partos domiciliares, mas não me senti à vontade com nenhuma delas; em algumas até senti certo elitismo ao pensarem na possibilidade de atender uma mulher negra, periférica e bolsista da universidade, como eu. Mas, nesta procura, encontrei uma doula incrível, Aline, recomendada por uma das minhas melhores amigas da universidade e hoje comadre, Juliana. Após muitas trocas com a doula, encontrei Talvany, um enfermeiro maravilhoso de Cuiabá, que se dispôs a atender meu parto e facilitou o pagamento de modo parcelado, contribuindo para que o desejo por um parto domiciliar fosse possível.

Durante a gestação, também me aproximei do professor e amigo Odemar Leotti, que, em uma conversa sobre meu processo gestacional e interesse em ter um

---

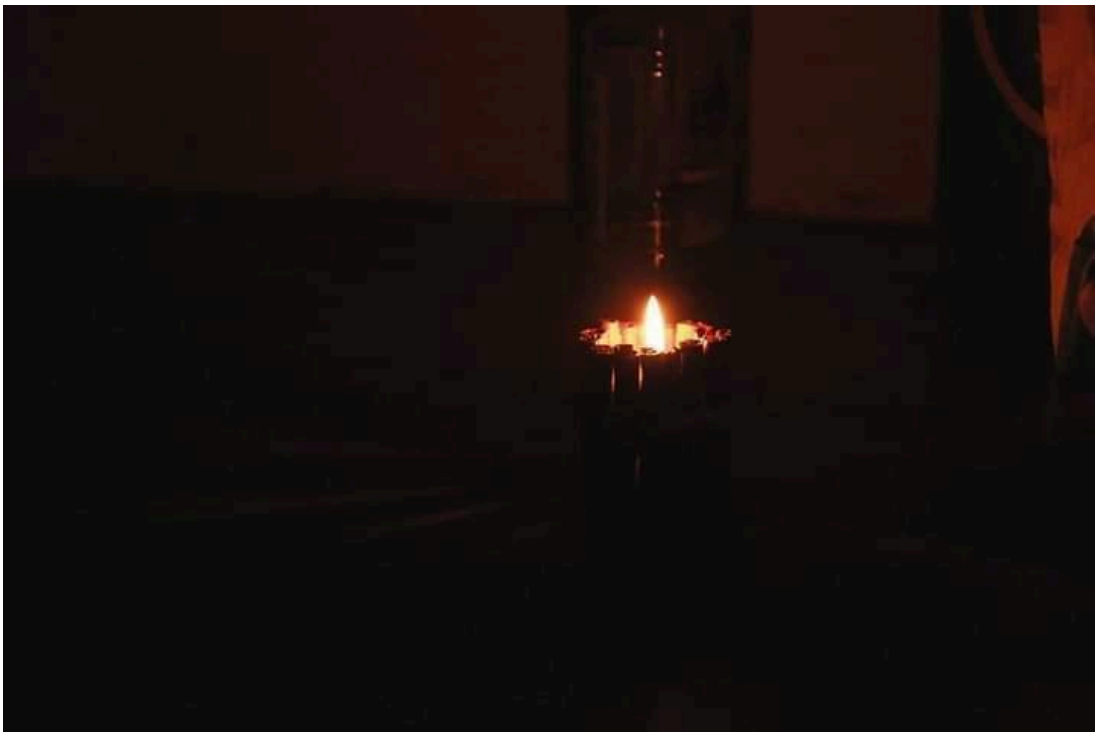
[3] Refere-se a uma abordagem do parto centrada nas necessidades e no respeito à mulher, promovendo sua autonomia e protagonismo durante o processo de nascimento. Envolve práticas que minimizam intervenções médicas desnecessárias, como induções e cesáreas, e valoriza aspectos emocionais, psicológicos e sociais do parto, respeitando o ritmo natural do corpo. Além disso, prioriza a presença de pessoas escolhidas pela gestante e considera o bem-estar físico e emocional da mãe e do bebê, buscando garantir uma experiência de parto mais acolhedora e respeitosa.

[4] É a prática de realizar o parto na casa da gestante, com assistência de profissionais de saúde qualificados, como parteiras tradicionais, obstetrizes ou enfermeiras obstétricas, de forma previamente organizada. O planejamento inclui a realização de acompanhamento pré-natal, a preparação de um ambiente seguro e o monitoramento rigoroso das condições de saúde da mãe e do bebê. O parto domiciliar planejado é uma opção para gestantes de baixo risco e visa proporcionar um ambiente mais íntimo e confortável, com menos intervenções médicas, mantendo a segurança e o bem-estar da mãe e do recém-nascido como prioridade.

parto domiciliar, me convidou para ser sua orientanda de graduação, sugerindo o partejar tradicional como temática para a pesquisa.

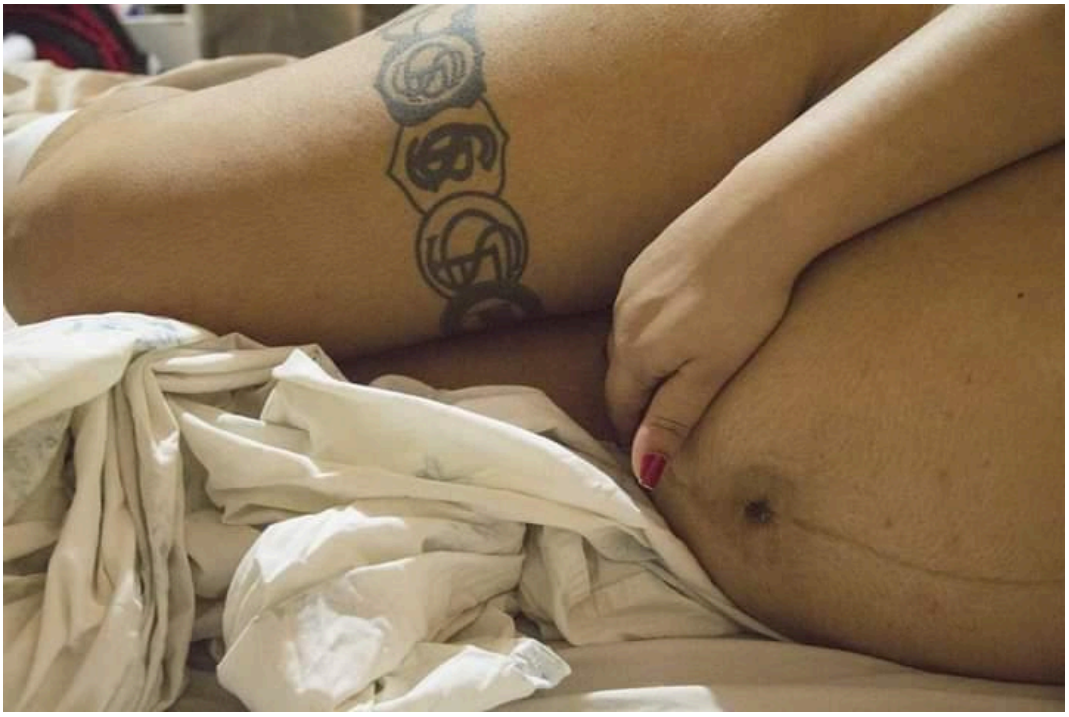
Assim, entre o interesse acadêmico e minha jornada materna na busca por um parto respeitoso, aos dezenove dias de julho de 2015, às 02h55 da madrugada de um domingo, ao som de "Anunciação" de Alceu Valença, Luís abrilhantou minha vida com a sua chegada após 39 semanas e 6 dias de gestação, da maneira mais respeitosa, acolhedora e bonita possível. Foi o dia da minha vida em que me senti mais poderosa, co-criadora do universo, forte, mas também senti que uma força voraz, animal e ancestral me conduzia em cada etapa do processo de parir. Pouco necessitei de suporte, fui muito autônoma em quase todo o processo, havendo a intervenção da doula, do enfermeiro e de Ricardo (pai do Luís) apenas quando extremamente necessário. Nascia em 19 de julho de 2015, na cidade de Rondonópolis, uma mãe e uma doula.

Imagem 1 - Vela de canela acesa durante o meu trabalho de parto



Fonte: Acervo pessoal, registros de nascimento do Luís, 2015.

Imagem 2 - Contrações durante o trabalho de parto



Fonte: Acervo pessoal, registros de nascimento do Luís, 2015.

Meus pais não puderam viajar para Mato Grosso para acompanhar meu parto e nem me ajudar durante o puerpério, pois, neste processo de final de gestação e parto, minha mãe foi diagnosticada com um câncer de mama que já estava em metástase e havia atingido seus ossos, pulmões e pele. Viajei com Luís para São Paulo, passei o regime domiciliar com ele junto de minha mãe, mas poucos dias antes de que ele completasse seis meses, ela faleceu, em 5 de janeiro de 2016. Naquele momento, eu sentia meu mundo abrindo sob meus pés e não fazia ideia de como seguir minha jornada sem ela. Mas na minha fé, na minha força ancestral e no sorriso de Luís, encontrei a energia necessária para prosseguir.

Regressei à universidade com meu filho, e após frequentar cotidianamente este espaço com ele em meus braços e seios, e, claro, travar muitas lutas institucionais para existirmos nos espaços acadêmicos, nos graduamos no ano de 2018, Luís e eu.

No mesmo mês, voltamos para Osasco, e conheci a Coletiva Multiplicando Doulas, na qual me formei como doula e depois atuei como educadora, até tomar posse como professora na educação básica pública. Em 2021, ingressei, em meio à pandemia da Covid-19, no Mestrado em Integração Contemporânea da América

Latina na UNILA, com o desejo de pesquisar acerca das práticas de parteiras tradicionais, e fundei o Instituto DouLuar, no qual coordeno e leciono cursos de formação de doulas através de valores acessíveis.

Minha trajetória de vida se entrelaça de forma indissociável à temática escolhida para este mestrado. A partir da minha própria experiência de parto e da busca por um atendimento respeitoso, encontrei na escrevivência uma forma de conectar minhas vivências às histórias e práticas das parteiras tradicionais. Ao longo desta pesquisa, foi possível reconhecer a importância dos saberes ancestrais e o papel vital que as parteiras desempenham na construção de alternativas à violência obstétrica e no resgate de práticas acolhedoras de nascimento.

Este trabalho, portanto, nasce do desejo de valorizar e preservar essas práticas, criando pontes entre o passado e o presente, e possibilitando que as vozes e narrativas das parteiras tradicionais continuem ecoando nas futuras gerações. Através deste estudo, espero contribuir para a construção de um campo de conhecimento que reconheça e celebre a sabedoria dessas mulheres, promovendo mudanças significativas nas práticas de saúde e na valorização das culturas tradicionais.

2.1 Adorei as almas[5]: a influência espiritual de Vovó Cambinda no meu chamado pelo partejar tradicional

Paralelamente a este espaço, tecer uma pesquisa acerca das mãos mágicas das parteiras tradicionais ocupa para mim um lugar especial na escrevivência espiritual do meu próprio encontro com Vovó Cambinda. Dentro das tradições afro-brasileiras religiosas, Vovó Cambinda emerge como uma parteira espiritual que simboliza a transmissão de conhecimentos ancestrais e práticas espirituais, entrelaçando a religiosidade com o ato de partejar.

[5] Expressão que, nas religiões de matriz afrodescendente e africana, especialmente nas tradições relacionadas aos Pretos Velhos, refere-se a um ato de reverência e acolhimento das entidades espirituais ancestrais. Os Pretos Velhos são figuras veneradas como sábias e portadoras de conhecimentos ancestrais, cuja atuação se estende à cura, orientação espiritual e proteção. Na prática religiosa, adorar as almas significa reconhecer e respeitar a presença e a influência dessas entidades, que são vistas como intermediárias entre o mundo espiritual e o mundo material, e cuja sabedoria é fundamental para a manutenção das tradições e da espiritualidade na vida cotidiana.

Nas tradições afro-brasileiras, a figura de Vovó Cambinda, uma preta velha, representa não apenas uma anciã sábia, mas também a personificação das sabedorias que atravessam gerações. Ela estabelece uma conexão profunda entre as ervas sagradas e a curandeira, um aspecto que é intrinsecamente comum entre as parteiras tradicionais de diversas comunidades e épocas. Essa conexão com as ervas e a cura remete a um tempo em que a natureza era o principal recurso para a saúde e o bem-estar, e as parteiras, com seu conhecimento das plantas, desempenhavam (e ainda desempenham) um papel central no cuidado das mulheres e de suas famílias.

Imagem 3 - Vovó Cambinda

Fonte: Acervo pessoal, 2024.

A presença de Vovó Cambinda nos partos revela, ainda, o nascimento e renascimento espiritual. Com toda a sua sabedoria e profunda relação com os orixás, ela não apenas prepara o caminho para que a criança nasça fisicamente, mas também abençoa o trajeto espiritual daqueles que chegam ao mundo. Essa dualidade de Vovó Cambinda, como parteira e guia espiritual, oferece uma

compreensão ampliada do nascimento como um evento que transcende o físico e toca o sagrado, em que o novo ser é acolhido tanto pela terra quanto pelos ancestrais.

Quando me aproximei das religiões de matrizes afro-brasileiras, meu interesse por esse campo de saberes tradicionais já estava desperto, não apenas como pesquisadora, mas como alguém em busca de um conhecimento que pudesse ser aplicado à minha própria vida. Foi nesse caminho que encontrei e fui acolhida por Vovó Cambinda, uma entidade que, em sua vida terrena, foi uma curandeira, benzedeira e parteira tradicional de grande importância. Sua presença em minha vida não foi apenas uma descoberta espiritual, mas uma revelação de que minha busca por compreender o partejar tradicional está profundamente ligada à minha identidade.

Naquele momento, percebi que, dentre as muitas entidades que me guiavam e protegiam, estava essa mulher anciã e sábia, que me trouxe a compreensão de que meu interesse por esta temática de pesquisa ia muito além dos limites acadêmicos. O partejar tradicional, em minha vida, está intrinsecamente ligado ao meu próprio ser, como se parte de mim mesma fosse Vovó Cambinda. Talvez, em um nível espiritual, seja realmente isso. Essa conexão revela que a pesquisa que desenvolvo não é apenas um trabalho acadêmico, mas um ato de resistência, preservação e celebração das sabedorias ancestrais que moldaram e continuam a moldar o mundo ao meu redor.

2.2 Entre as escrevivências, a etnografia e a história oral: o uso da metodologia na pesquisa acerca do partejar tradicional

Para realizar esta pesquisa recorri à três metodologias: as escrevivências, a história oral e a etnografia. Adiante contextualizo cada uma delas e como se relacionam com o tema deste trabalho.

O conceito de escrevivência, desenvolvido por Conceição Evaristo, é uma abordagem que une a escrita literária ou acadêmica e a vivência pessoal e coletiva. Segundo Evaristo, essa metodologia é uma forma de expressão que reflete a

realidade vivida pelos sujeitos, especialmente aqueles que estão em situações de marginalização e invisibilidade. Ela explica:

> Colocada a questão da identidade e diferença no interior da linguagem, isto é, como atos de criação linguística, a literatura, espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos, apresenta um discurso que se prima em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. (Evaristo, 2005, p. 2).

A escrevivência é importante porque oferece uma abordagem mais inclusiva e representativa da realidade das comunidades marginalizadas. Ela possibilita a construção de narrativas que refletem a complexidade e a riqueza das experiências desses grupos, muitas vezes negligenciadas em abordagens tradicionais de pesquisa. Como Evaristo menciona: "A escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo" (Evaristo, 2005, p. 2).

A pesquisa com parteiras tradicionais envolve a compreensão de saberes ancestrais e práticas culturais que são transmitidos por meio da experiência e da oralidade. A escrevivência, ao integrar escrita e vivência, pode ser uma metodologia eficaz para capturar e refletir esses saberes de maneira autêntica. "Ler foi também um exercício prazeroso, vital, um meio de suportar o mundo, principalmente adolescência, quando percebi melhor os limites que me eram impostos" (Evaristo, 2005, p. 2).

Utilizar a escrevivência na pesquisa com parteiras tradicionais envolve a combinação de técnicas qualitativas que capturam tanto a narrativa quanto a experiência prática. Isso pode incluir entrevistas aprofundadas e a escrita reflexiva. A realização de entrevistas com parteiras tradicionais permite que suas histórias e experiências sejam documentadas e analisadas, refletindo a vivência e o saber compartilhado.

A produção de textos que integrem as experiências da pesquisadora e das participantes, refletindo sobre a prática e o contexto cultural, é uma parte essencial da escrevivência. Como Evaristo sugere:

> Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. (Evaristo, 2005, p. 2).

Embora a escrevivência ofereça muitas vantagens, também apresenta desafios, como a necessidade de uma abordagem sensível e respeitosa e o potencial de interpretação subjetiva.

A escrevivência pode contribuir significativamente para a preservação dos saberes ancestrais ao fornecer uma plataforma para que esses saberes sejam documentados e transmitidos de maneira respeitosa e fiel. A utilização da escrevivência na pesquisa acadêmica pode transformar a maneira como os saberes tradicionais são estudados e compreendidos, promovendo uma abordagem mais inclusiva e respeitosa.

O conceito de escrevivência de Conceição Evaristo oferece uma metodologia poderosa para o estudo das práticas de partejar tradicional, permitindo uma integração profunda entre a escrita e a vivência. A aplicação dessa metodologia proporciona uma compreensão mais autêntica e respeitosa dos saberes ancestrais, contribuindo para sua preservação e valorização. Ao adotar a escrevivência, pesquisadoras podem documentar e refletir sobre as práticas culturais de maneira mais fiel e integrada, promovendo uma abordagem mais inclusiva e sensível ao contexto das parteiras tradicionais.

O campo da etnografia também foi extremamente necessário para aprofundar a compreensão das práticas das parteiras tradicionais. A etnografia, com seu enfoque qualitativo e imersivo, permite capturar não apenas os relatos verbais, mas também as dinâmicas culturais e sociais que moldam as práticas dessas parteiras. Essa abordagem torna possível observar as interações, rituais e saberes que, muitas vezes, estão profundamente enraizados nas comunidades, oferecendo uma visão detalhada e contextualizada de suas vivências.

A escolha da etnografia nesta pesquisa visa permitir que os saberes das parteiras sejam analisados em seus próprios termos, respeitando a diversidade cultural e as especificidades de cada comunidade. José Jorge de Carvalho observa que "o trabalho etnográfico como um processo de tradução cultural" envolve a transmissão de códigos simbólicos e linguísticos do grupo pesquisado para uma linguagem acadêmica. No caso das parteiras tradicionais, é fundamental que essa tradução respeite as complexidades e os significados profundos de seus saberes,

sem desvalorizá-los ou simplificá-los.

Além disso, a etnografia possibilita uma reflexão crítica sobre a posição do pesquisador no campo, reconhecendo a coautoria do conhecimento produzido com as parteiras. Conforme Carvalho destaca, "a coautoria aparece na diferença incontrolável do etnógrafo — sua cor, sua classe, seu sexo, tudo é significativo e oscilante ao mesmo tempo" (Carvalho, 2002, p. 11). No estudo das parteiras tradicionais, essa consciência é essencial para que o pesquisador não imponha uma lógica externa ou reduza o papel dessas mulheres a objetos de estudo, mas sim reconheça sua agência no processo de construção do conhecimento.

O uso da etnografia nesta pesquisa foi essencial para garantir que as histórias e saberes das parteiras fossem não apenas registrados, mas também respeitados em sua singularidade cultural. Ao integrar as voze das parteiras, busquei evitar a objetificação típica de discursos dominantes, oferecendo um espaço onde suas experiências podem ser compreendidas com profundidade.

> O ato de inscrever as vozes subalternas não deve ser entendido como um ato neutro, puramente acadêmico. O efeito das narrativas deve fazer-se sentir, primeiro de tudo, no próprio etnógrafo: ele deve deixar-se impactar por um discurso que se apresenta como estranho, distante, inacabado, inadequado. (Carvalho, 2001, p. 120)

Ademais, a etnografia também enfrenta desafios ao se engajar com essas vozes. O processo de documentação exige uma postura crítica e aberta por parte do pesquisador, uma vez que as tradições orais e saberes ancestrais das parteiras muitas vezes se configuram em fragmentos e narrativas fluidas, o que requer uma sensibilidade etnográfica apurada para captar a totalidade do saber transmitido.

> A tradição das narrativas orais possui um caráter fragmentário – essa é sua condição mais comum de apresentação. Porém, são justamente esses fragmentos que falam da condição de subjetividade, que inscrevem as relações hierárquicas de poder que configuram nossa realidade. (Carvalho, 2001, p. 130)

Por fim, o uso da história oral, segundo Verena Alberti (2004), traz à tona o passado vivo por meio dos relatos de quem o vivenciou. Para Alberti, o entrevistador deve captar as nuances além da simples narrativa, tratando a história oral como um recurso democrático que dá voz a sujeitos marginalizados. Como Alberti afirma:

> Sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro; aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. (ALBERTI, 2004, p. 197).

Assim, compreendo que a história oral é particularmente relevante na pesquisa com parteiras, pois permite acessar e documentar saberes e práticas que são frequentemente invisibilizados pela historiografia tradicional e pelos registros acadêmicos. As parteiras, como detentoras de conhecimentos ancestrais e experiências vividas, oferecem uma perspectiva que complementa e enriquece o entendimento das práticas de parto e dos saberes tradicionais. Através da história oral, é possível captar a riqueza das experiências dessas mulheres, cujas vozes muitas vezes são marginalizadas em narrativas históricas convencionais. Este método oferece uma plataforma para que suas histórias e conhecimentos sejam reconhecidos e valorizados, destacando sua importância e relevância no contexto contemporâneo.

Além disso, a escrita da história oral dialoga diretamente com o conceito de escrevivência, desenvolvido por Conceição Evaristo. A escrevivência valoriza a experiência de vida como um meio legítimo de produção de conhecimento, reconhecendo a importância das narrativas pessoais e coletivas na construção da história. Assim, a pesquisa com parteiras utiliza a escrevivência para ressaltar as experiências e práticas das mulheres em suas próprias palavras, legitimando seu papel como protagonistas de suas histórias e saberes. Este diálogo entre a história oral e a escrevivência fortalece a conexão entre as narrativas pessoais e o contexto histórico, promovendo um entendimento mais profundo e inclusivo das práticas de partejar.

A etnografia, por sua vez, complementa essas metodologias ao oferecer uma abordagem contextualizada da vida das parteiras. A etnografia permite uma imersão nos contextos culturais e sociais em que essas práticas são realizadas, proporcionando uma compreensão mais rica das dinâmicas e significados atribuídos aos saberes tradicionais. A combinação da história oral, escrevivência e etnografia proporciona uma abordagem metodológica robusta que valoriza e preserva o conhecimento das parteiras, reconhecendo suas contribuições e desafios. Assim, a pesquisa não só documenta as práticas e experiências dessas mulheres no passado

ou presente, mas também contribui para a preservação e valorização de um patrimônio cultural imaterial vital para a cultura do bem-nascer.

3. A IMPORTÂNCIA DOS SABERES TRADICIONAIS

Os saberes tradicionais exercem importância não apenas nas comunidades onde estão inseridos, mas para toda a sociedade. Escrever sobre as parteiras tradicionais remete a uma série de saberes e fazeres que estão arraigados nas práticas do partejar. O IPHAN descreve como conhecimentos tradicionais os saberes das comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas e dos povos indígenas relacionados ao contato com a natureza, às oralidades e trocas entre um mesmo povo ou diversos.

Neste sincretismo de saberes, os povos tradicionais preservam e respeitam sua integridade e limites, fazendo uso de seus recursos, porém sem abusos. As características culturais também atravessam os saberes tradicionais, alimentando-os a partir dos intercâmbios culturais e religiosos. Estes saberes tradicionais se configuram como parte vital do patrimônio cultural da humanidade, se estabelecendo como a representatividade de expressões coletivas de uma ou mais comunidades tradicionais.

As parteiras tradicionais desempenham um papel essencial nas comunidades, sendo guardiãs de saberes ancestrais que transcendem o simples ato de auxiliar no parto. Esses conhecimentos, muitas vezes transmitidos oralmente e adquiridos por meio da prática, são fundamentais para a saúde das mulheres e crianças, especialmente em contextos onde o acesso aos serviços de saúde convencionais é limitado. O respeito e a valorização desses saberes, muitas vezes subestimados pela ciência ocidental, são cruciais para uma compreensão mais holística da saúde e do bem-estar.

A ecologia dos saberes, conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos, propõe um entendimento mais abrangente e inclusivo das diversas formas de conhecimento, especialmente no que diz respeito ao partejar tradicional. No ocidente moderno, o pensamento abissal de Santos descreve um sistema de distinções que invisibilizam saberes não ocidentais:

> O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por

> meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos:o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade,torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível .Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SANTOS, 2007, p.71)

As parteiras tradicionais, cujos conhecimentos são profundamente culturais, espirituais e comunitários, encontram-se "do outro lado da linha", sendo consideradas irrelevantes ou inexistentes pelo paradigma biomédico dominante. Essa invisibilidade não só deslegitima as práticas tradicionais, como também nega suas potenciais contribuições para a saúde integral e o bem-estar:

> Essas tensões entre a ciência, de um lado, e a filosofia e a teologia, de outro, vieram a se tornar altamente visíveis, mas todas elas, como defendo, têm lugar deste lado da linha. Sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma dessas modalidades. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus,camponeses ou indígenas do outro lado da linha, que desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia, que constituem o outro conhecimento aceitável deste lado da linha6. Do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas. Assim, a linha visível que separa a ciência de seus “outros”[...] (SANTOS, 2007, pp. 72-73).

No contexto do parto, o partejar tradicional representa um vasto patrimônio de saberes acumulados ao longo das gerações, abrangendo técnicas e compreensões frequentemente desprezadas pelos sistemas médicos ocidentais. Essa desconsideração é fruto do pensamento abissal, que faz com que esse conhecimento seja visto como invisível ou irrelevante. O pensamento ocidental tende a privilegiar métodos empíricos e cientificamente validados, ignorando os elementos contextuais, experienciais e intuitivos que o partejar tradicional oferece. Como resultado, práticas que não se conformam ao modelo biomédico são frequentemente excluídas dos sistemas formais de saúde, perpetuando um ciclo de marginalização.

A ecologia dos saberes desafia essas distinções abissais ao defender a coexistência e o reconhecimento mútuo de diversas formas de conhecimento. Ela

propõe uma abordagem inclusiva que valoriza as contribuições do partejar tradicional ao lado das práticas biomédicas. Essa perspectiva busca superar a divisão criada pelo pensamento ocidental, reconhecendo que o partejar tradicional pode oferecer insights valiosos sobre o cuidado centrado no paciente, a sensibilidade cultural e as práticas de saúde comunitárias. Ao reconhecer a legitimidade dos saberes tradicionais, começamos a desmontar as hierarquias que há muito tempo dominam o discurso sobre o parto, no que Boaventura chama de "pensamento pós-abissal":

> O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul.Ele confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia.A ecologia de saberes se baseia na idéia de que o conhecimento é interconhecimento. Assim, a primeira condição para um pensamento pós-abissal é a co-presençaradical. A co-presença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários.Implica conceber simultaneidade como contemporaneidade,o que requer abandonar a concepção linear de tempo. (SANTOS, 2007, p.85)

Reconhecer o partejar tradicional como uma forma legítima de conhecimento também desafia o paradigma ocidental hegemônico. Isso convida a uma reavaliação do que constitui conhecimento válido e quem tem o poder de definir essa validade. O partejar tradicional fornece uma narrativa alternativa que enfatiza a importância do contexto cultural, do bem-estar holístico e do empoderamento dos indivíduos e comunidades na experiência do nascimento. Esse reconhecimento é crucial para a decolonização das práticas de parto, permitindo uma compreensão mais equitativa e abrangente da saúde e da experiência humana.

A ecologia dos saberes oferece um caminho promissor para reconciliar as tensões entre o partejar tradicional e as práticas médicas ocidentais. Ao abordar as distinções invisíveis que marginalizaram as práticas tradicionais, podemos trabalhar em direção a uma integração mais inclusiva e respeitosa dos diversos saberes. Essa abordagem não só enriquece nossa compreensão do parto, mas também promove um sistema de saúde mais equitativo que honra as complexidades e a riqueza da cultura humana.

As parteiras tradicionais não apenas oferecem apoio físico e emocional durante o parto, mas também incorporam práticas culturais e espirituais que são

vitais para as comunidades onde atuam. No contexto latino-americano, é evidente que a ciência não pode ser verdadeiramente virtuosa se não considerar e dialogar com esses saberes que emergem das práticas tradicionais, como as das parteiras. Márquez ressalta que:

> Hasta hoy día el resguardo institucional del saber legítimo se ejerce circunscribiendo sus objetos y métodos al orden de las disciplinas según especialización del conocimiento científico. [...] Paradojalmente, las universidades, centros del pensamiento y el saber científico, parecieran haber quedado desfasadas y ajenas a las desarticulaciones y fragmentaciones del pensamiento moderno que rompe con la ilusión de totalidad y universalidad del conocimiento (Márquez, 2015, p. 201).

Essa compartimentação disciplinar muitas vezes exclui saberes que não se encaixam nos moldes acadêmicos convencionais, subestimando a importância dos conhecimentos práticos e culturais das parteiras.

A prática das parteiras tradicionais exemplifica a importância do saber incorporado e experiencial. Esses saberes são profundamente enraizados na experiência corporal e comunitária, desafiando as categorias rígidas e universalizantes da ciência ocidental. Como Márquez argumenta:

> Las prácticas del cuerpo vienen entonces a desordenar las categorías y el orden cientificista, a subvertirlo y romper los marcos sociales de la memoria y el conocimiento disciplinar. [...] Ciertamente los saberes corporalizados adquieren especial relevancia en aquellas sociedades fuertemente traumatizadas donde la palabra ha sido largamente censurada, y en las que el archivo, el decreto, el bando militar y dictatorial, se ha impuesto sobre los cuerpos, los idearios e identidades. (Márquez, 2015, p. 202).

Assim, a inclusão e valorização dos conhecimentos das parteiras tradicionais não são apenas uma questão de justiça epistemológica, mas também uma forma de enriquecer as práticas de saúde com perspectivas mais integradas e culturalmente relevantes. Neste sentido, faz-se importante reconhecer e integrar os saberes das parteiras tradicionais nas políticas de saúde e na formação de profissionais, promovendo uma saúde mais inclusiva e holística.

As práticas das parteiras tradicionais são exemplos fundamentais de saberes que foram mantidos e desenvolvidos ao longo do tempo dentro das comunidades. Esses conhecimentos, profundamente enraizados nas vivências e experiências coletivas, revelam uma forma de cuidado que respeita os ritmos naturais do corpo e valoriza a relação humana no processo de nascimento. No entanto, a integração

desses saberes com o meio acadêmico muitas vezes ocorre de maneira assimétrica, com a universidade se posicionando como a principal fonte de validação do conhecimento. Nesse contexto, surge a necessidade de repensar essa dinâmica e buscar formas de cooperação que valorizem a sabedoria das parteiras não apenas como objeto de estudo, mas como uma parte essencial na co-produção de novos saberes:

> Tradicionalmente ha existido colaboración entre las universidades y las comunidades, en la investigación base, en la ayuda en la formación de comunidades, en la búsqueda de recursos para la acción sociopolítica. La pregunta hoy sin embargo, es como avanzar hacia una universidad comprometida con los saberes otros, esos que por largo tiempo se encuban en las comunidades; como fortalecer esos lazos, ya no sólo unilateralmente, sino que esos lazos sean de mutua reciprocidad en la perspectiva de una co-producción de conocimiento. (Marquez, 2015, p. 203)

Essa reflexão aponta para a importância de uma relação que não apenas extrai conhecimento das comunidades, mas que estabelece um processo de troca genuína e colaborativa, promovendo o fortalecimento de ambas as partes.

No contexto das parteiras tradicionais, essa troca pode trazer contribuições valiosas tanto para a preservação dos saberes ancestrais quanto para o avanço da ciência. Quando as universidades se abrem para essa reciprocidade, o conhecimento acadêmico pode ser enriquecido com novas perspectivas, mais humanizadas e culturalmente contextualizadas. As parteiras, por sua vez, ganham visibilidade e reconhecimento, não apenas como portadoras de práticas antigas, mas como co-criadoras de saberes que continuam a ser essenciais para as comunidades.

3.1 Colonização e deslocamento dos partos tradicionais ao longo da história do Brasil

Durante o período de colonização, o território brasileiro foi marcado pelo entroncamento de diversas culturas, no campo dos saberes, e isso se evidenciou fortemente no que tange às práticas tradicionais, sobretudo nos cuidados com a saúde, com o corpo e com a espiritualidade. Não havia a presença médica em grande número por aqui, portanto, as parteiras, curandeiras e benzedeiras eram as responsáveis pelos cuidados tradicionais, sincretizadas com as suas respectivas

práticas religiosas, como afirma Del Priore:

> Desprovidas de recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgataram a saúde... Além desses conhecimentos havia os saberes vindos da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira. (DEL PRIORE, 2004. pp. 88- 89)

Neste sentido, é clara a importância que as mãos destas mulheres tiveram para o cuidado com a saúde e com a assistência ao parto no Brasil durante este período. Todavia, segundo a autora ainda neste cenário passou a haver uma série de perseguições do Santo Ofício às práticas de cura relacionadas à religiosidade africana, percebidas por seus inquisidores como práticas diabólicas. Assim, pode-se perceber que apesar de toda importância que as mulheres negras africanas e afrodescendentes já desenvolviam, o racismo que além de escravizar seus corpos e os subjugou em uma sociedade escravocrata, também as empurrava para as margens dos saberes, demonizando suas ações e as perseguindo religiosamente.

Edgard Lander discorre sobre como a colonização organizou essa simultaneidade de saberes e diferentes culturas de modo que, coloca os aspectos europeus acima dos povos colonizados:

> A conquista ibérica do continente americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas simultaneamente a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo -todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados- numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é-ou sempre foi- simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal. (LANDER, 2005, p. 10)

É neste momento da invasão dos territórios sul-americanos, que a Europa passa a estabelecer uma hierarquia entre tudo o que diz respeito à sua cultura e às culturas dos países que subjuga como colonizados. Colocando em posição de inferioridade tudo aquilo que não faz parte do Ocidente.

Portanto, é negando as religiosidades, os aspectos culturais, as memórias, as linguagens e os saberes dos povos indígenas e negros, que se emerge a ideia do

europeu como ser superior. Em outras palavras, é ao negar o outro que a colonização européia se afirma e se estabelece em nossos territórios. E no cenário do partejar tradicional, não ocorreu de forma diferente, a colonização deslocou os saberes que estavam ligados às práticas religiosas africanas, determinando-os como proibidos.

Mais adiante na história do Brasil, após a instalação da família real, pode-se notar uma nova forma de exclusão das parteiras tradicionais:

> Em 1832, alguns anos após a instalação da família real, tornou-se oficial no Brasil a formação de parteiras diplomadas, sendo em 1834 emitido o primeiro diploma de parteira à francesa Marie Josephine Matilde Durocher pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O curso tinha como pré-requisito a fluência no idioma francês e que as mulheres fossem alfabetizadas, logo, a maioria das parteiras tradicionais continuou a exercer suas atividades sem diploma, uma vez que não eram alfabetizadas e tampouco detinham conhecimentos sobre a língua francesa. Com isso, as parteiras locais passaram a lidar com a concorrência das parteiras diplomadas, sobretudo as estrangeiras, que cada vez mais iam conquistando espaços na arte de partejar. (SANTOS, 2018, pp.3,4.)

Com o advento das formações de parteiras diplomadas e as exigências feitas para se pleitear tal formação, as parteiras tradicionais, foram empurradas para os trabalhos cada vez mais informais, mas não deixaram de exercer grande importância dentre as próprias comunidades em que viviam, afinal, as parteiras diplomadas, européias e brancas, não atenderiam as demandas das mulheres indígenas, negras, quilombolas e camponesas. Portanto, mesmo com todas as tentativas de segregação, higienização e exclusão em relação às parteiras tradicionais brasileiras, ainda assim, estas exerceram no período, fundamental importância no que dizia respeito aos partos, dentre outras atividades tais como as de benzedeiras e curandeiras.

Diversos fatores ocidentais ao longo da modernidade foram resultando em interferências em diversos aspectos da cultura e organização social no Brasil, com o parto não foi diferente, e é sob a influência da medicina na Europa que os corpos femininos passaram a ser subordinados como máquinas falhas que precisam ser consertadas pelos médicos.

Segundo Martin (2006) é na França do início do século XIX que começa a se utilizar o fórceps, uma espécie de extrator de fetos, substituindo as mãos médicas durante os partos. Ainda segundo a autora, também é neste mesmo período que os nascimentos são colocados em uma perspectiva de produção fabril, o corpo feminino passa a ser visto como máquina de reprodução e o médico seu supervisor.

Neste momento da história do parto no Brasil, diversos fatores atravessavam o cenário, a colonização e seus braços como: o pensamento racista e escravocrata, a intolerância religiosa às práticas que se relacionavam às crenças africanas ou indígenas; a modernidade e o capitalismo. Ambos, aliados à medicina alopática se tornaram a base para todo o deslocamento e desvalorização dos saberes tradicionais. Com a chegada do século XX, houve ainda mais exclusões:

> [...]com os avanços da medicina alopática e ainda sob a égide da higienização dos espaços de exercício destas práticas e dos corpos que já vinham ocorrendo nos séculos anteriores, as parteiras passaram a serem desapropriadas de seus conhecimentos e labores, havendo inclusive organizações de campanhas contra as parteiras. Neste cenário que se instaurava, no qual os processos de urbanização eram estimulados e a vida no campo juntamente de suas práticas representava o atraso, modernizar as práticas de saúde e higienizá-las fez parte do processo civilizador dos avanços pós-modernos. (SANTOS, 2018, p. 4)

Apesar de toda essa perseguição aos saberes das parteiras tradicionais desde o início da colonização, estas mulheres continuaram a exercer seus ofícios, claro que, com o passar dos anos os partos hospitalares e medicalizados tornaram-se cada vez mais frequentes, mas ainda assim, elas desenvolveram e desenvolvem grande papel nos cuidados da gestação, parto e pós-parto.

3.2 Como o capitalismo e o racismo tentam subjugar os saberes tradicionais

Até aqui, já foram traçados alguns aspectos que desencadearam nesta tentativa de apagamento e exclusão das parteiras tradicionais no decorrer da história do Brasil, sobretudo, o racismo oriundo da colonização e também posteriormente o capitalismo. Mas como a ideia de raça surge durante a colonização? Para compreender este traço fundamental nas relações que se estabeleceram no Brasil desde então, podemos nos debruçar sobre Quijano, o qual afirma que:

> A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.
>
> A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, p. 107)

Logo, pode-se perceber que a ideia de raça é algo que surge ao mesmo tempo que se estabelece a ideia de América e sua colonização, portanto, o racismo e a segregação e subjugação de etnias em detrimento da raça, é resultado da colonização.

Compreender esta dinâmica, tem um grau elevado de importância para o entendimento das relações de higienização e marginalização dos ofícios das parteiras tradicionais, que em sua maioria são de descendências negras e/ou indígenas. Tais elementos reverberam ainda na atualidade, pois o parto tradicional, mesmo sendo reconhecido pelo SUS, é desvalidado por diversos discursos dos saberes científicos da medicina, não apenas no que tange às comunidades urbanas, mas também as tradicionais e do campo, é muito comum, nos deparamos com mulheres camponesas, quilombolas ou indígenas que tiveram seus partos realocados para o ambiente hospitalar, e com isso, sofreram uma infinidade de violências obstétricas perpassadas pelos racismos institucional e estrutural.

Mas, e o capitalismo, onde fica nessa produção de apropriação e exclusão dos saberes? Recorrerei mais uma vez a Quijano para contextualizar qual o papel do capitalismo neste cenário:

> As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. [...] cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente,

> o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (QUIJANO, 2005, pp. 108, 109)

É notória a influência que a subjugação de raças desempenha na divisão social do trabalho, afinal, determinados grupos colocados como inferiores, a partir da lógica da colonização e do sistema escravocrata, carregaram o peso de desempenhar funções menos privilegiadas. O parto, evento até então marcado pela presença feminina, ao passo em que tem seu ambiente ocupado pelas figuras masculinas dos médicos, concomitantemente a entrada da medicina no campo da obstetrícia, passa a objetificar não apenas os corpos das parturientes e crianças em uma lógica de produção, mas também a determinar quem serão os agentes responsáveis pelos partos, originando uma série de exclusões de todos os corpos femininos envolvidos neste processo, sob a perspectiva de gênero, raça e classe.

O autor ainda afirma que:

> A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 110)

Neste sentido, é perceptível porque ainda hoje, as parteiras tradicionais, exercem quase que exclusivamente seus ofícios apenas em suas comunidades, as quais, comumente são indígenas, quilombolas, camponesas etc. Afinal, o nascimento foi apropriado pelos saberes médicos, e deslocado para os ambientes hospitalares. Assim, o exercício de assistência obstétrica, torna-se produto do capitalismo, o qual, exercerá poder sobre ele, aquele ou aquela que detém o saber autorizado pela ciência e pela medicina, portanto, desde que não atenda às classes brancas, elitistas e dominantes, as parteiras tradicionais podem seguir exercendo

suas funções em seus locais de origem, desde que não recebam pagamentos em níveis salariais tal qual receberá um médico pela mesma função.

Enquanto a Organização Mundial de Saúde recomenda que apenas de 10 a 15% das vias de nascimento sejam realizadas através de cesáreas, o Brasil ocupa a liderança do ranking mundial, com cerca de 85% de cesarianas nos planos de saúde e 45% no Sistema Único de Saúde. Estes dados alarmantes podem ser associados à lógica do parto como objeto e o corpo feminino como máquina de reprodução fabril, já abordada anteriormente, além é claro, da lógica de dominação médico-parturiente que se estabelece em nascimentos via cirurgias cesarianas, pois, se em um parto natural quem protagoniza o nascimento são mulheres e bebês, na cesárea o controle é absolutamente do médico e de seu bisturi.

A agenda médica atual, segue a mesma lógica de produção capitalista, de que quanto mais se produz, mais se é possível lucrar, sendo assim, optam por encaixar em suas rotinas de múltiplas jornadas, muitas vezes divididas entre os hospitais públicos e os consultórios particulares, um número maior de atendimentos. A cesárea neste caso específico, torna-se muito mais vantajosa tanto em termos de resultado financeiro, quanto por tempo gasto, uma vez que no parto natural, respeitoso sem intervenções desnecessárias, gasta-se cerca de 12 a 16 horas de trabalho de acompanhamento, neste mesmo período, pode-se agendar inúmeras cirurgias.

Logo, seguindo a lógica de que tempo é dinheiro, as mulheres e seus filhos são jogadas quando optam por um parto normal, a um ambiente repleto de violências obstétricas, as quais têm como finalidade principal, oferecer partos traumáticos, para vender cesarianas desnecessárias. Aquelas que se arriscam a tentar um parto natural sem o acompanhamento de uma equipe humanizada, são hostilizadas desde o primeiro momento.

Os riscos de uma cesariana desnecessária, assim como os de intervenções desmedidas ou violências obstétricas, são imensos tanto para as mães quanto para os bebês, podendo desencadear em uma série de traumas físicos e também psicológicos. Diversas desculpas para induzir a uma cesariana, são utilizadas como argumentos pelos médicos “cesaristas”, cotidianamente, enquanto parteiras

tradicionais, detém habilidades e conhecimentos para fazer a assistência a estes mesmos partos em um ambiente domiciliar e sem muitos recursos tecnológicos:

> Inúmeros são os mitos acerca das falsas indicações de cesarianas, dentre eles: circular de cordão umbilical no pescoço do bebê, bebê pélvico (sentado) ou podálico (em pé), quadril estreito, obesidade, diabetes, pressão alta, bebê sem encaixar, cesariana anterior, etc. Casos em que não há real necessidade de intervenção cirúrgica e que as parteiras tradicionais na grande maioria dos casos possuíam habilidades para lidar, a exemplo dos bebês pélvicos ou podálicos, em que estas detinham de métodos para virar as crianças ainda na barriga das mães, ou em último caso, prestar a assistência para a passagem dos bebês pelo canal vaginal, sentados ou mesmo em pé. (SANTOS, 2018, pp. 6-7)

Vale também ressaltar que, além destes fatores da relação corpo-capitalismo, envolvidos nos processos da assistência ao parto medicalizado na contemporaneidade, o racismo na relação médico-parturiente também se faz presente, uma vez que, as mulheres negras (ou pardas) são as que menos recebem intervenções anestésicas em seus trabalhos de parto, tudo isso, parte de uma dinâmica do racismo estrutural e institucional, que ainda traz em sua mentalidade colonial e escravocrata a ideia de que o negro, ou miscigenado é mais resistente às dores do que o branco.

Há um corpo nesta relação que recebe um pouco mais de atenção, um corpo branco em detrimento de um outro (não) corpo, o qual é subjugado, como podemos compreender melhor à luz de Quijano:

> A ideia de diferenciação entre o corpo e o não-corpo na experiência humana é virtualmente universal à história da humanidade, comum a todas as culturas ou civilizações historicamente conhecidas. Mas é também comum a todas até o aparecimento do eurocentrismo a permanente co-presença dos dois elementos como duas dimensões não separáveis do ser humano, em qualquer aspecto, instância ou comportamento. [...] o que sucede é a mutação da antiga abordagem dualista sobre o corpo e o não corpo. O que era uma co-presença permanente de ambos os elementos em cada etapa do ser humano, em Descartes se converte numa radical separação entre razão/sujeito e corpo. A razão não é somente uma secularização da idéia de alma no sentido teológico, mas uma mutação numa nova identidade, a razão/sujeito, a única entidade capaz de conhecimento racional, em relação à qual o corpo é e não pode ser outra coisa além de objeto de conhecimento. [...] Deste modo, na racionalidade eurocêntrica o corpo foi fixado como objeto de conhecimento, fora do entorno do sujeito/razão.

Sendo assim, compreende-se como essa dualidade contribuiu fortemente ao longo dos avanços em tempos históricos da medicina, e não apenas da estrutura

das sociedades, para uma segregação atravessada pelos marcadores de gênero, raça e classe, no que se diz respeito aos partos.

4 VOZES DO PARTEJAR: NARRATIVAS DE SABEDORIA E TRADIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

O ato de partejar é uma prática ancestral que carrega em si a sabedoria de gerações e a íntima conexão entre a mulher, seu corpo e a comunidade. No Brasil, as parteiras tradicionais representam não apenas um papel crucial na saúde materna e infantil, mas também na preservação de conhecimentos que resistem ao tempo e às transformações sociais. Em um mundo cada vez mais tecnológico e centrado na medicina convencional, a atuação dessas mulheres destaca-se como um elo vital entre a tradição e a contemporaneidade, preservando práticas que integram corpo, espírito e comunidade.

Este capítulo busca apresentar as histórias de vida, as trajetórias e as práticas de parteiras que, mesmo diante de desafios e mudanças, mantêm viva a arte de partejar. As entrevistas realizadas com Ciléia Biaggioli, Eliane Scheeler e Karoline Eulálio revelam não apenas os conhecimentos técnicos dessas mulheres, mas também a profundidade de suas experiências pessoais e espirituais, que informam e moldam suas práticas.

Ciléia, Eliane e Karoline compartilham suas jornadas, desde as influências familiares até o desenvolvimento de uma consciência espiritual que orienta suas atuações. Suas histórias evidenciam uma forte ligação com o passado, onde a tradição oral e as práticas comunitárias desempenham um papel fundamental. Ao mesmo tempo, essas narrativas também se inserem no contexto contemporâneo, em que as parteiras enfrentam a medicalização do parto, a marginalização de suas práticas e, paradoxalmente, uma crescente demanda por métodos de nascimento mais respeitosos e conectados às raízes culturais.

A escolha de incluir essas vozes na dissertação não é apenas uma homenagem à resiliência e à sabedoria dessas mulheres, mas também um reconhecimento de que o futuro do nascimento humano deve ser informado pelo passado. As entrevistas aqui apresentadas ilustram como a tradição pode coexistir com a inovação, oferecendo às gestantes e suas famílias alternativas que honram a

natureza do nascimento enquanto respondem às necessidades e desafios do presente.

Ao longo deste capítulo, você será convidado(a) a conhecer as histórias destas três parteiras tradicionais, a refletir sobre as práticas que transcendem o tempo e a reconhecer a importância de valorizar e preservar esses saberes tradicionais em uma sociedade em constante mudança.

4.1 Partejar como conexão espiritual e herança ancestral: narrativas de Ciléia Biaggioli

Imagem 4 - Pré Natal Natural, Projeto Sementeiras do Bem-Nascer

Fonte: Acervo Pessoal de Ciléia Biaggioli, 2023.

O encontro com a parteira tradicional Ciléia Biaggioli foi um daqueles momentos que o acaso traz como presente. Em meio às minhas pesquisas sobre parteiras tradicionais, fui conduzida, quase como que por destino, à figura de Ciléia, cujo trabalho ressoa profundamente com a ancestralidade e os saberes do partejar. Sua trajetória se desenrola em uma chácara situada na região de Parelheiros, na zona sul de São Paulo, uma área conhecida por suas riquezas naturais, sua proximidade com a Mata Atlântica e por ser um refúgio para muitas pessoas que buscam se reconectar com a terra. Parelheiros, apesar de ser uma área periférica da grande metrópole, é um lugar de resistência cultural e de preservação de práticas tradicionais, como o partejar, que encontram em Ciléia uma guardiã contemporânea.

Ao adentrar a chácara de Ciléia, fui recebida com uma alegria contagiante que imediatamente dissipou qualquer resquício de ansiedade. A atmosfera da casa, envolvida pelo verde e pela paz que a natureza proporciona, refletia a simplicidade e a potência dos saberes que ali habitam. O acolhimento dela e de sua família, especialmente com meu filho Luís, tornou essa experiência ainda mais significativa. Foi como se fôssemos parte da família, e essa generosidade na recepção demonstrou o quanto Ciléia não apenas desempenha seu papel como parteira, mas também como alguém que sabe criar espaços de afeto e cuidado, essenciais tanto no contexto do parto quanto na vida cotidiana.

Parelheiros, uma região muitas vezes esquecida nas narrativas urbanas, é o lar de práticas e saberes que resistem à modernidade avassaladora. E Ciléia, com sua presença vibrante, é um dos pilares dessa resistência. Seu trabalho como parteira na contemporaneidade transcende a simples assistência ao parto; ela é uma ponte entre os saberes tradicionais e as demandas modernas, oferecendo uma abordagem acolhedora e integral ao nascimento. Ao mesmo tempo, a região onde vive torna possível esse tipo de atuação, em um espaço onde o tempo parece correr de forma diferente, permitindo que essas práticas floresçam com a devida reverência à natureza e ao ciclo da vida.

Durante nossa conversa, em meio ao calor humano e da lareira a nossa frente, pude perceber que o que faz de Ciléia uma parteira especial é sua capacidade de trazer alegria para tudo o que faz. Em seu sorriso constante e em suas palavras cuidadosas, estava a essência do partejar tradicional: uma prática de

amor, acolhimento e respeito à vida. A entrevista que realizamos não foi apenas um momento de troca de informações, mas um verdadeiro aprendizado sobre como o papel da parteira vai além do ato físico do parto. É uma experiência de compartilhar alegria, de fazer com que quem a procure se sinta em casa, segura e acolhida, tal como eu e Luís nos sentimos naquele dia.

Imagem 5 - Assistência a um parto na comunidade Guarani

Fonte: Acervo pessoal de Ciléia Biaggioli, 2022.

Ciléia se apresenta na entrevista como uma mulher de 46 anos, nascida com o Sol em Peixes e Lua em Sagitário. Ela é palhaça, pedagoga e vê sua atuação como parteira como uma conexão espiritual. Desde a infância, a relação com as crianças sempre foi intensa, especialmente com seus irmãos mais novos, o que despertou nela, desde cedo, o desejo de ser mãe. Aos 20 anos, deu à luz sua

primeira filha, uma experiência que marcou o início de sua jornada na maternidade e no partejar.

> "Eu me apaixonei tanto pela convivência com meus irmãos mais novos que, aos 15 anos, já queria ser mãe. Mas eu mesma me disse: 'Está louca? Não é hora para isso!' Mesmo assim, acabei sendo mãe jovem, aos 20 anos" (BIAGGIOLI, 2024).

A trajetória de Ciléia foi profundamente influenciada pelas experiências de sua avó, que deu à luz 12 filhos em casa, sem a ajuda de uma parteira. Essa memória familiar, aliada à própria experiência de gravidez, despertou em Ciléia o desejo de seguir o caminho do partejar.

> "Quando fiquei grávida da Júlia, soube que minha avó tinha dado à luz a 12 filhos, todos em casa e sozinha. Ela dizia para o meu avô: 'Zé, vai buscar a parteira,' mas quando ele chegava com a parteira, ela já estava com o bebê no colo" (BIAGGIOLI, 2024).

Durante suas gestações, Ciléia relata ter experimentado um estado de transe, uma conexão espiritual que a fazia sentir-se em outra dimensão. Esse estado a impulsionou a tomar decisões conscientes sobre como e onde parir, rejeitando a ideia de parto hospitalar sem referências ou apoio.

> "Acho que os hormônios mexem muito com a gente e trazem um grau de consciência que chamo de transe. Em minhas quatro gestações, sempre senti que entrava num estado de alerta e consciência diferente, como se estivesse conectada a outra realidade" (BIAGGIOLI, 2024).

Ciléia começou a atuar como parteira após suas próprias experiências de parto, que serviram como um grande portal de transformação. Ela passou a ser uma referência para outras mulheres grávidas, mesmo antes de existirem doulas formalmente reconhecidas. Com o tempo, ela foi chamada a estar presente em diversos partos domiciliares:

> "Eu sentia que o chamado em relação ao partejar começou no meu próprio nascimento. Mas foi durante os partos dos meus filhos que realmente visualizei o parto como um caminho de cura, um portal de vida e transformação, e como um trabalho muito mais espiritual" (Biaggioli, 2024).

Com o passar do tempo, Ciléia se tornou parte de um coletivo e escola de parteiras e começou a aprofundar seus conhecimentos em práticas de parto natural

e esotéricas, incluindo a utilização de florais e outras técnicas holísticas. Ela desenvolveu uma estrutura de atendimento que integra tanto o parto quanto o pós-parto, com um enfoque na espiritualidade e na conexão ancestral.

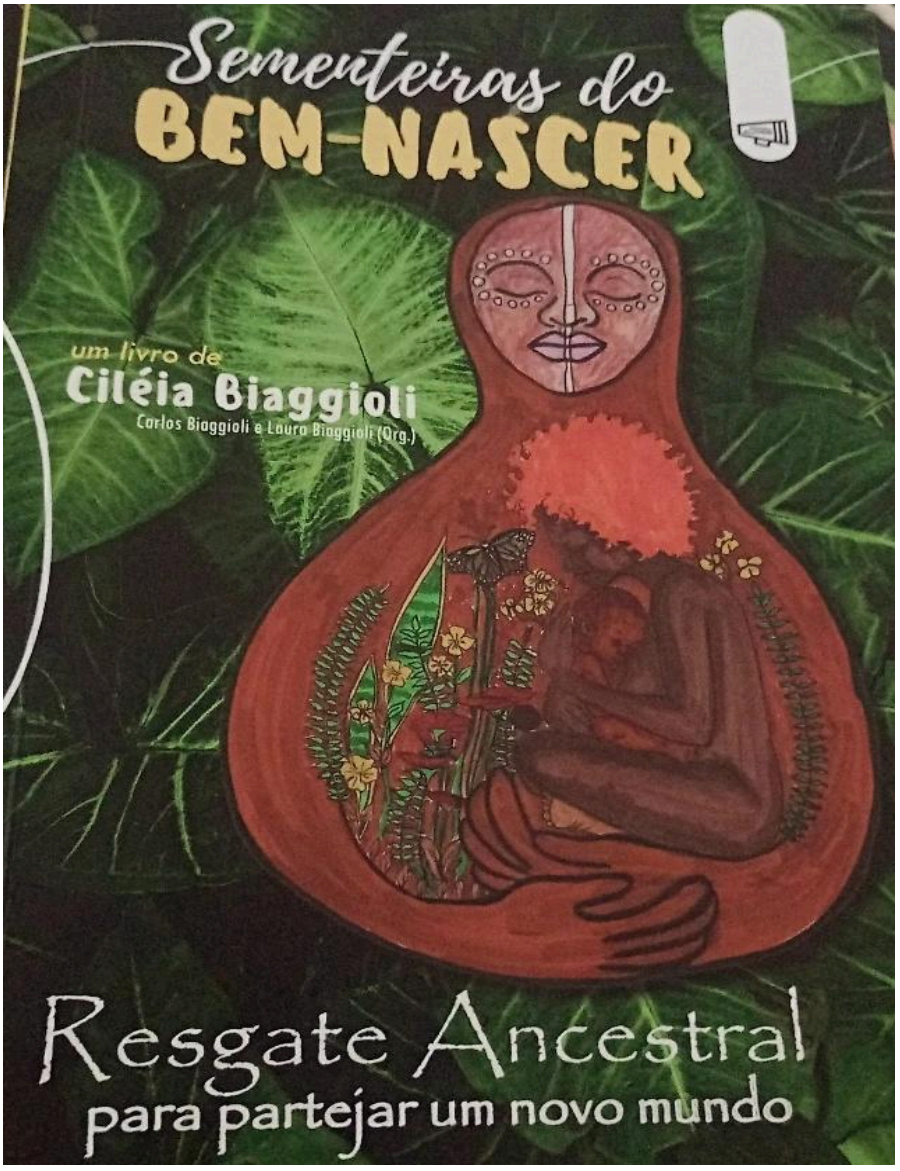
> "Eu sempre senti que o trabalho da parteira é mais do que físico; é espiritual. Fiz cursos de Reiki, Cura Prânica e me formei como terapeuta floral, incorporando esses conhecimentos ao meu atendimento como parteira" (BIAGGIOLI, 2024).

Ciléia enfrentou diversos desafios e conflitos durante sua trajetória, especialmente em relação ao reconhecimento de seu trabalho e à construção de coletivos. Ela menciona episódios de perseguição e decepções com outras parteiras e com o sistema de saúde, mas continua firme em seu propósito, buscando sempre melhorar e expandir suas práticas.

> "Enfrentei muita resistência e até perseguição, especialmente quando tentei formar um coletivo. Mas sigo acreditando no poder do partejar e na importância de criar um ambiente de respeito e acolhimento para as mulheres que acompanho" (Biaggioli, 2024).

Além de parteira, Ciléia também se destaca como autora e ativista. Em 2024, lançou o livro "Sementeiras do Bem-Nascer: Resgate Ancestral para Partejar um Novo Mundo", uma obra que foi contemplada pela 6ª edição do Programa de Fomento à Cultura da Periferia da Prefeitura de São Paulo. No livro, Ciléia explora o retorno às práticas ancestrais de partejar, enfatizando a sabedoria transmitida por gerações de parteiras e as conexões espirituais que permeiam esse ofício e sua trajetória, sobretudo familiar. "Escrevi 'Sementeiras' como uma forma de honrar as que vieram antes de nós e abrir caminhos para um novo jeito de nascer, mais respeitoso e conectado com a essência humana", afirma.

Imagem 6 - Capa do Livro “Sementeiras do Bem-Nascer” de Ciléia Biaggioli.



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

A sua jornada de luta pela valorização das parteiras tradicionais também a levou à fundação do Movimento Nacional de Parteiras Tradicionais do Brasil, fruto de uma conversa transformadora com Preta Jaya (presente), outra parteira que teve grande importância e destaque no país. Esse movimento foi criado para fortalecer a rede de parteiras e lutar pelo reconhecimento de seus saberes e práticas no território brasileiro, que frequentemente negligencia ou marginaliza essas mulheres.

> "A conversa com Preta foi um marco. Ali, percebemos que precisávamos unir forças, nos organizar, para garantir que nosso trabalho fosse respeitado

> e reconhecido, não apenas como uma prática cultural, mas como um serviço essencial de saúde" (BIAGGIOLI, 2024).

Apesar de seu trabalho ser amplamente reconhecido hoje, Ciléia enfrentou sérias retaliações ao longo de sua trajetória. Um dos episódios mais marcantes ocorreu em Guararema, durante a pandemia de Covid-19. Após prestar assistência a um parto domiciliar, Ciléia tentou emitir a Declaração de Nascido Vivo (DNV), mas enfrentou resistência das autoridades locais.

> "Eles não queriam reconhecer o parto, simplesmente porque foi domiciliar e assistido por uma parteira. Eu fui tratada com desdém e, naquele momento, senti que meu trabalho, que havia sido tão sagrado e respeitoso, estava sendo desvalorizado" (BIAGGIOLI, 2024).

Além de escritora e parteira, Ciléia também está à frente de outras iniciativas de divulgação e fortalecimento das práticas do partejar. Ela participou da produção do podcast "Sementes do Bem-Nascer", disponível no *Spotify*, uma realização da Coletiva Sopro de Vida. Assim como seu livro, o podcast também foi contemplado pela 6ª edição do Programa de Fomento à Cultura da Periferia da Prefeitura de São Paulo. Em nove episódios, o podcast traz narrativas sobre o nascimento e a tradição, com relatos de parto e histórias de parteiras e mães que tiveram suas experiências transformadas pelo partejar tradicional.

> "O podcast foi uma forma de alcançar mais pessoas, de dar voz às histórias que muitas vezes não são ouvidas. Através dos episódios, mostramos que o nascimento é mais do que um evento físico, é um rito de passagem" (BIAGGIOLI, 2024).

Imagem 7 - *QR CODE do Podcast* “Sementes do Bem-Nascer”

Fonte: *Spotify*, 2024.

Embora esteja localizada na região de Parelheiros, na zona sul de São Paulo, Ciléia atende partos em diversas localidades, incluindo outros estados do Brasil. Seu

trabalho transcende fronteiras geográficas, sendo chamada para acompanhar nascimentos em diferentes contextos. Isso reflete o reconhecimento e a confiança que muitas famílias depositam em seu trabalho, que integra práticas espirituais, holísticas e de cuidado ancestral.

O legado de Ciléia é uma demonstração do poder de resistência e de resgate dos saberes ancestrais, e sua trajetória se mantém como uma força vital na preservação e disseminação do ofício de partejar. Através de seu livro, do movimento que fundou, dos relatos do podcast e de sua atuação em múltiplas frentes, ela contribui para a construção de um novo mundo, onde o nascimento é honrado e respeitado em sua essência mais profunda.

4.2 O estado de presença da parteira tradicional: narrativas de Eliane Sheele

O encontro com Eliane Scheele para esta entrevista se deu de forma especial, através da indicação da parteira Ciléia Biaggioli e das administradoras do perfil no *Instagram* do Movimento Nacional de Parteiras Tradicionais[6]. A conexão com essas mulheres, comprometidas com o resgate e a valorização das práticas ancestrais do partejar, possibilitou um encontro profundo com Eliane, cuja atuação tem se destacado pelo compromisso com o parto e a preservação dos saberes tradicionais.

Eliane Scheele, reside na região de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, representa uma importante figura dentro desse movimento. Sua trajetória está marcada por um profundo respeito às mulheres e suas escolhas, alinhado a uma abordagem holística e espiritual do parto. Combinando tradição e técnicas naturais, Eliane tem sido uma referência em sua comunidade, prestando assistência a gestantes que buscam uma alternativa ao modelo hospitalar hegemônico. Sua prática é um testemunho vivo da resistência das parteiras tradicionais no Brasil, em um contexto de crescente medicalização dos nascimentos.

A importância de Eliane no movimento das parteiras tradicionais vai além de sua atuação direta nos partos. Ela se envolve ativamente na construção de redes de apoio e no fortalecimento das parteiras em diversas regiões do país, colaborando com grupos e coletivos que buscam preservar essas práticas. Seu compromisso

[6] Acesso ao *Instagram* através do @parteirastradicionaisdobrasil

com a formação de novas parteiras e a disseminação dos saberes ancestrais é fundamental para a continuidade dessas tradições, e sua participação ativa no Movimento Nacional de Parteiras Tradicionais tem sido essencial para a ampliação do reconhecimento dessas profissionais.

Imagem 8 - Nascimento de Maria Lua, dezembro de 2021.

Fonte: Acervo Pessoal de Eliane Scheele.

Nos próximos parágrafos, trago as reflexões e narrativas de Eliane Scheele, que, em nossa entrevista, compartilhou as experiências mais marcantes de sua jornada como parteira, as lutas que enfrenta para garantir o respeito aos direitos das gestantes e a importância do resgate das práticas de suas antepassadas. A entrevista oferece uma rica visão sobre como a tradição se encontra com a contemporaneidade no ofício de partejar e o papel vital que as parteiras desempenham na promoção de um novo modelo de nascimento no Brasil.

Eliane Sheele Queiroga é uma parteira tradicional do Rio Grande do Sul, com uma trajetória marcada pela resistência e pela conexão espiritual. Aos 47 anos, Eliane tem três filhos, dois nascidos em hospitais e um em casa, e descreve suas experiências de parto como momentos de profunda espiritualidade e transformação

pessoal. Sua jornada começou a partir de uma busca por um parto humanizado, levando-a a descobrir a importância do parto como um ato espiritual e um canal de materialização da vida.

> "Eu senti algo tão poderoso, parecia que eu estava na sala de Deus. Nunca experimentei uma espiritualidade tão potente quanto a que experimentei no parto. Além daquela espiritualidade, era um amor, um vínculo que é ocitocina... Não vou sentir nada? Não vou entrar na sala de Deus? Não vou me conectar com meus filhos?" (QUEIROGA, 2024).

Eliane relata que sua prática como parteira é profundamente enraizada na fé e na presença espiritual. Ela destaca a importância do estado de presença durante o parto, que considera uma tecnologia ancestral. Essa presença, segundo Eliane, é o que possibilita a materialização do espírito no corpo do bebê, e sua atuação como parteira é guiada por essa convicção espiritual.

> "Para mim, o que tem mais valor num parto é a fé. Essa qualidade de presença é o que possibilita a materialização do espírito no corpo de um bebê. Aprendi isso através da fé, esse estado de presença, que é muito poderoso" (QUEIROGA, 2024).

Imagem 9 - Nascimento de Ísis, dezembro de 2023

Fonte: Acervo Pessoal de Eliane Scheele

A trajetória de Eliane como parteira tradicional é marcada por desafios significativos, incluindo a perseguição e criminalização de sua prática, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul. Eliane descreve como a falta de reconhecimento legal e institucional de parteiras tradicionais no estado dificultou sua atuação e levou a uma constante necessidade de se esconder para evitar a criminalização:

> "Aqui no Rio Grande do Sul, o Conselho Regional de Medicina faz o possível para criminalizar e afastar a possibilidade das mulheres escolherem o parto domiciliar. Por muitos anos, atuei no meu cantinho, me escondendo por causa da perseguição e criminalização" (QUEIROGA, 2024).

Eliane enfatiza que sua prática vai além das técnicas obstétricas convencionais, valorizando o saber ancestral e a conexão com a mulher e a criança durante o parto. Ela descreve como o parto domiciliar oferece uma experiência transformadora, onde a mulher pode exercer seu poder e se conectar profundamente com o processo de dar à luz, livre das intervenções desnecessárias do sistema médico.

> "O que tem mais valor no parto é a mulher estar no poder dela. Qualquer intervenção pode desconectar a mulher do corpo dela, e isso é uma falha muito grande na humanização dos partos" (QUEIROGA, 2024).

Eliane também reflete sobre a necessidade de uma maior valorização das parteiras tradicionais e do saber feminino. Ela critica a monocultura do conhecimento que desvaloriza a diversidade e apaga a singularidade das experiências femininas. Eliane se posiciona como uma defensora da ecologia dos saberes e da horizontalidade no cuidado, acreditando que cada mulher sabe o que é melhor para si e que o papel da parteira é apoiar essa sabedoria.

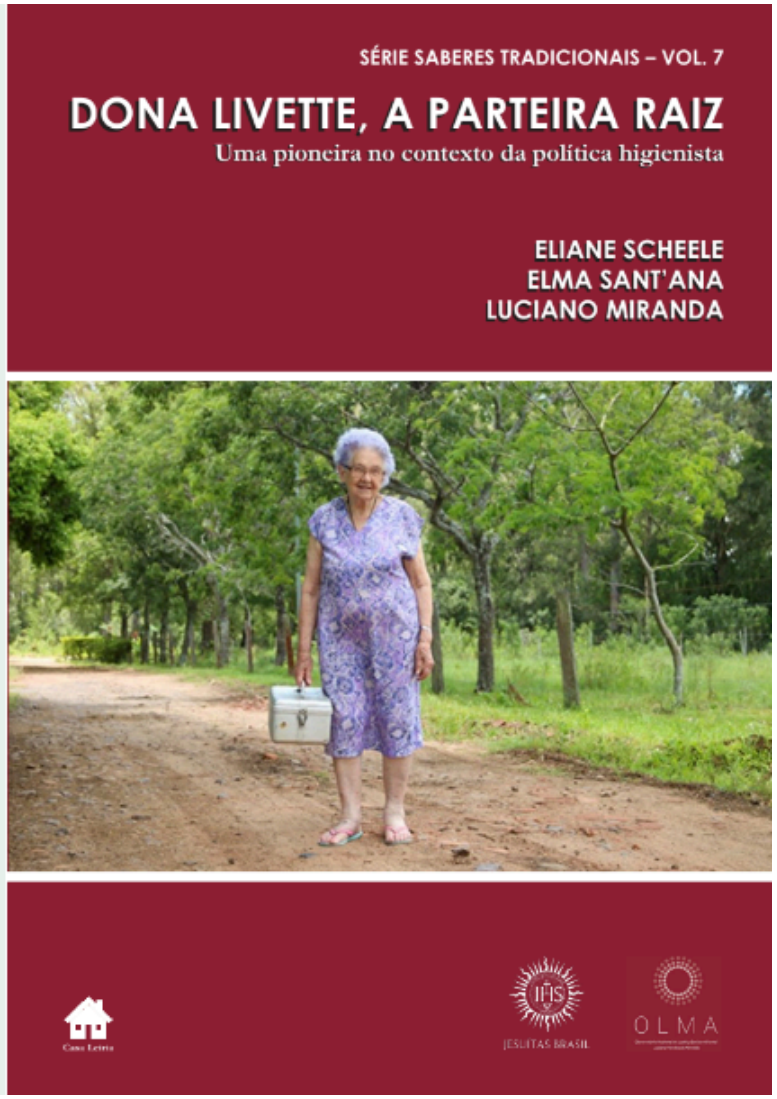
> "Eu luto para que a gente esteja no mesmo nível de troca, porque senão é desonesto, é desumano. Temos que valorizar o saber de quem está sendo cuidado, tanto quanto o saber de quem está cuidando" (QUEIROGA, 2024).

Apesar de viver em São Leopoldo, Eliane atende partos em diversas localidades, e sua prática transcende as fronteiras de seu estado. Ela é frequentemente chamada para acompanhar nascimentos em diferentes regiões do Brasil e, mais recentemente, foi convidada para assistir a um parto em Nova Iorque. Esse convite internacional reflete o reconhecimento de seu trabalho como parteira e a importância de sua abordagem espiritual e holística. Eliane compartilha que, além das demandas locais, sua prática tem ganhado visibilidade fora do Brasil.

> "É muito especial ser chamada para acompanhar um parto em Nova Iorque. Isso mostra que o trabalho que fazemos aqui é valorizado internacionalmente, e que a espiritualidade e o saber ancestral têm um espaço importante no mundo todo" (QUEIROGA, 2024).

Além de sua prática no partejar, Eliane também é coautora do livro "Dona Livette, a Parteira Raiz: Uma Pioneira no Contexto da Política Higienista", publicado em 2023. Essa obra explora a trajetória de Dona Livette, uma parteira que desafiou as normativas de higiene e medicalização impostas pelo Estado. O livro é um tributo à resistência das parteiras tradicionais e destaca a importância do resgate histórico dessas figuras no contexto atual.

Imagem 10 - Capa do Livro “Dona Livette, a Parteira Raiz”



Fonte: Acervo Pessoal

Eliane ressalta a importância de registrar as histórias dessas parteiras pioneiras, especialmente no contexto da modernização dos partos e da crescente medicalização.

> "O livro é uma forma de homenagear aquelas que abriram o caminho para nós. É importante contar essas histórias, para que a gente não esqueça a luta e o legado que nos foi deixado" (QUEIROGA, 2024).

Eliane destaca que sua trajetória como parteira está profundamente conectada com a espiritualidade, e que cada parto que ela acompanha é uma experiência única de aprendizado e conexão. Para ela, cada nascimento traz novos desafios, mas também reafirma a importância de honrar os saberes ancestrais.

> "Eu sempre aprendo com cada parto. Mesmo depois de tantos anos, cada experiência me ensina algo novo, e me lembra da importância de estar presente, de confiar no processo e de honrar o que foi transmitido pelas nossas ancestrais" (QUEIROGA, 2024).

O trabalho de Eliane continua a ser uma demonstração da força dos saberes tradicionais em um contexto onde as práticas modernas muitas vezes predominam. Seu compromisso em preservar a espiritualidade do parto e seu papel como parteira tradicional fazem dela uma figura crucial no movimento pelo partejar tradicional. Sua prática é um lembrete de que, mesmo em um mundo cada vez mais tecnológico, a conexão com a espiritualidade e os saberes antigos ainda têm muito a oferecer.

4.3 A parteira como guardiã dos ciclos das vidas, entre as mortes e renascimentos: narrativas de Karoline Eulálio

Imagem 11 - Atendimento em 2023

Fonte: Acervo Pessoal de Karoline Eulálio

Karoline Eulálio, é uma parteira tradicional de João Pessoa, Paraíba, e que compartilha conosco uma trajetória de vida profundamente marcada por sua experiência pessoal e pelos desafios enfrentados no parto de seu primeiro filho. Aos 17 anos, sua vivência de uma cesariana desnecessária e traumática a fez refletir sobre o modelo hegemônico de parto e buscar alternativas que respeitassem o corpo e as escolhas da parturiente:

> “Meu nome é Karoline Eulálio, tenho 34 anos e sou mãe de três crianças. Meu filho mais velho tem 16 anos, e as duas menores têm 9 e 7 anos. O nascimento do meu primeiro filho foi uma cesariana desnecessária, completamente roubada. Já os nascimentos das minhas outras duas filhas foram partos domiciliares. Eu sou psicóloga, com mestrado na área clínica, e, antes de ser psicóloga, fui bailarina. Minha história com o partejar começou na minha própria experiência com a maternidade, especialmente na busca por um parto respeitoso e sem violência obstétrica, algo que infelizmente não tive no primeiro parto. Desde então, a parteira dentro de mim foi se despertando, o que me levou a estudar e trabalhar com partos domiciliares, buscando resgatar o protagonismo das mulheres nesse processo." (EULÁLIO, 2024)

Essa experiência fez com que Karoline decidisse que nunca mais passaria por uma intervenção médica que não fosse realmente necessária. Sua busca por um parto mais humanizado e natural a levou ao encontro do partejar tradicional. Esse caminho foi moldado tanto por sua vivência pessoal quanto por um chamado espiritual que ela sentiu, guiado por sonhos e visões.

> “Depois dessa experiência, eu disse: agora ninguém me toma esse parto, vou atrás de uma parteira, nem que seja na puta que pariu” (EULÁLIO, 2024).

A espiritualidade também tem um papel central na prática de Karoline, e ela revela que sua jornada como parteira é profundamente influenciada por experiências místicas e sonhos que a conectam com o sagrado. Um momento particularmente marcante foi quando, grávida de sua segunda filha, Karoline teve um sonho que a guiou a assumir seu papel como parteira.

> “"Eu tive um sonho com uma senhora indígena numa floresta densa. Ela me chamava para atravessar uma fogueira e receber um bebê. Acordei sentindo o cheiro da fogueira no meu quarto. Foi como se minha alma soubesse que aquele era o meu caminho."” (EULÁLIO, 2024).

Para Karoline, o parto vai além de um processo biológico, sendo uma cerimônia espiritual e um ato de reconexão com as forças ancestrais que guiam e protegem as mulheres em sua jornada. Em sua prática, ela busca resgatar e manter vivos os saberes das parteiras mais velhas, que ela considera portadoras de um conhecimento que transcende o tempo.

> “Minha madrinha[7], uma parteira quilombola da Bahia, me ensinou que o partejar não é só o nascimento de bebês; é cuidar da comunidade, das plantas, da vida e da morte. O parto faz parte de um ciclo natural e espiritual” (EULÁLIO, 2024).

Em seus relatos, ela aponta que um dos maiores desafios enfrentados por Karoline e outras parteiras tradicionais é a crescente medicalização do parto, que desvaloriza os saberes ancestrais em favor de intervenções tecnológicas e hospitalares. Karoline ressalta que muitas práticas tradicionais são marginalizadas e até criminalizadas em alguns contextos, especialmente nos grandes centros urbanos:

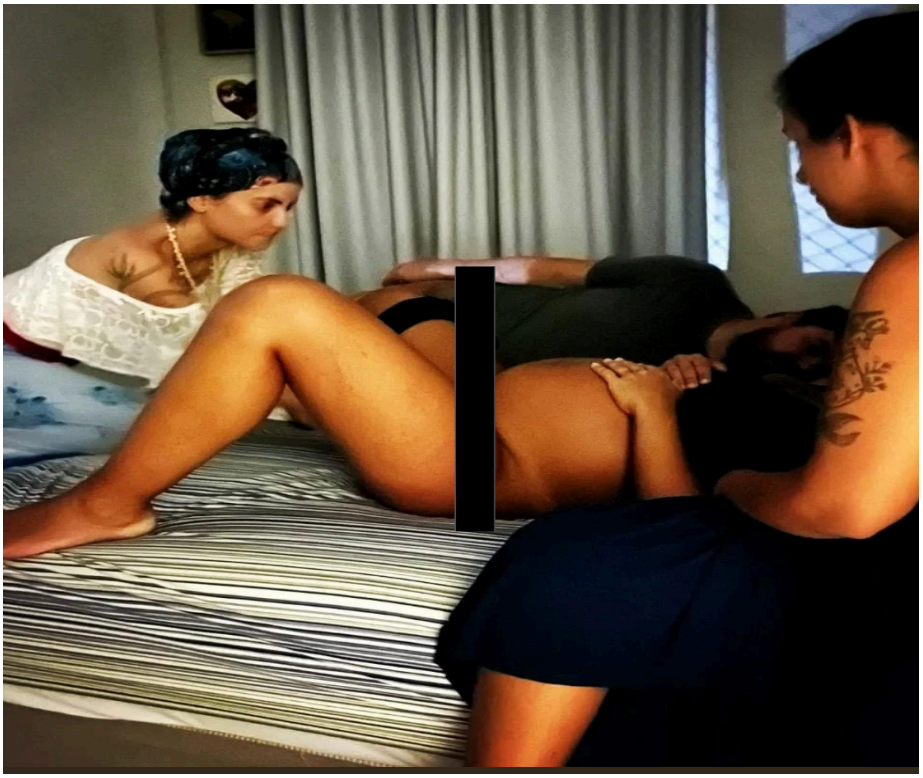
> “O sistema nos chama de parteiras leigas, como se a gente não soubesse de nada. Isso desqualifica o nosso conhecimento, que é passado de geração em geração, baseado na observação e na experiência” (EULÁLIO, 2024).

Além disso, Karoline critica a hegemonia da medicina ocidental, que muitas vezes vê o parto como um evento patológico, em vez de um processo natural e fisiológico. Para ela, as parteiras tradicionais têm uma visão mais ampla e holística do parto, baseada no respeito ao corpo da mulher e à natureza.

> “A minha madrinha dizia: ‘Isso aqui é simples de resolver. A natureza resolve, o corpo sabe o que fazer.’ A maioria dos partos que o sistema médico chama de risco, para as parteiras tradicionais, são variações da normalidade” (EULÁLIO, 2024).

[7] Aqui o termo madrinha refere-se ao amadrinhamento de uma parteira/mestra mais antiga na iniciação e integração do ofício de parteira.

Imagem 12 - Aparando uma criança em seu parto, 2023



Fonte: Acervo Pessoal de Karoline Eulálio

Karoline também aponta para o preconceito que ainda existe contra as parteiras tradicionais, especialmente em um contexto em que o parto hospitalar é considerado a norma. No entanto, ela vê sua prática como parte de um movimento de resistência, que luta pelo direito das mulheres de escolherem como e onde querem parir.

> “A gente está vindo nessa parteria tradicional contemporânea para dar uma chacoalhada no sistema. Não é uma luta armada, mas é uma resistência amorosa e espiritual. Estamos aqui para proteger e resgatar o que é nosso por direito: o direito de parir de forma respeitosa e natural” (EULÁLIO, 2024).

Para Karoline, o partejar tradicional não é apenas uma escolha pessoal, mas uma forma de resistência cultural e política. Ela acredita que a prática das parteiras tradicionais está profundamente enraizada nas culturas indígenas e africanas, e que manter essas práticas vivas é uma forma de preservar a ancestralidade e a identidade cultural.

> “O nosso saber vem de muito tempo atrás, é um saber ancestral que não pode morrer. As parteiras são guardiãs desse conhecimento, e ele não pode ser colonizado ou apagado pela medicina ocidental” (EULÁLIO, 2024).

Durante nossa conversa, Karoline trouxe um conselho valioso para aquelas que buscam seguir o caminho do partejar tradicional. Ela destaca a importância do fortalecimento interno e da reconexão com as raízes ancestrais, não apenas no sentido familiar, mas no que diz respeito ao que alimenta a alma. Para Karoline, o processo de se enraizar é um elemento essencial para resistir às pressões impostas pelo sistema hegemônico, seja ele o patriarcado ou o capitalismo:

> "A única coisa que me mantém de pé são as minhas raízes, então fortaleça elas o máximo possível. E eu não tô falando de raízes no ponto de vista familiar consanguíneo, tô falando daquilo que alimenta sua alma, sabe? As suas raízes ancestrais, onde está sua responsabilidade, vai caçar ela onde estiver. Repare essas raízes e nutra a terra" (EULÁLIO, 2024).

Karoline também reforça que este processo de autodescoberta pode ser trabalhoso, mas é extremamente libertador, ao passo que nos coloca em contato com uma liberdade verdadeira, que vai além das limitações impostas pelo sistema. Nesse sentido, ela aconselha:

> "Passe o tempo que precisar debaixo da terra, gestando esse novo modo de ser e de existir no mundo, e na hora que você se sentir pronta, entre em trabalho de parto e se pare para esse novo lugar de ser e estar no mundo" (EULÁLIO, 2024).

Esse conselho demonstra como Karoline vê o partejar tradicional como um processo de reconexão não apenas com o corpo, mas com o espírito e a ancestralidade. A prática de Karoline é, portanto, uma forma de resgate e de fortalecimento da autonomia das mulheres sobre seus corpos e seus partos. Para ela, o ato de partejar é uma celebração da vida e uma reconexão com as tradições que honram a sabedoria das mulheres e a sacralidade do nascimento. O aprendizado com sua mestra quilombola reforçou sua visão de que o papel da parteira vai muito além do nascimento de bebês. "Minha madrinha me ensinou que a parteira não cuida só do nascimento de bebês, mas também dos ciclos de vida, morte e renascimento. A parteira é guardiã da vida comunitária e da natureza." Esse ensinamento ampliou sua prática, fazendo com que ela enxergue o partejar como

um ato comunitário de saúde e ecológico, que envolve o cuidado com a natureza da vida, não apenas humana, e a preservação dos saberes ancestrais.

Todos esses saberes e práticas enquanto parteira tradicional, significam para Karoline uma confluência de saberes ancestrais, tradicionais, espirituais e também científicos. E para ela o que a ciência ainda não deu conta de explicar ou resolver nos processos de parto e nascimento, já tem uma solução e prática simples há séculos para os saberes das parteiras tradicionais, algo que é empírico e nem sempre caberá nos academicismos.

4.4. As confluências entre as narrativas e as experiências destas mulheres

As entrevistas com Ciléia Biaggioli, Eliane Scheele e Karoline Eulálio revelam profundas confluências em suas trajetórias, especialmente no que diz respeito à maternidade e às experiências pessoais de parto, que serviram como catalisadores para o chamado ao ofício do partejar tradicional. As três parteiras compartilham a vivência de seus próprios partos como momentos transformadores, que não apenas despertou nelas a necessidade de buscar formas mais humanizadas e respeitosas de parto, mas também as levaram a um entendimento mais profundo sobre a fisiologia e a espiritualidade do nascimento.

Essa conexão entre a experiência da maternidade e o chamado para ser parteira reflete a afirmação do médico Michel Odent (2003), que aponta que "toda mãe já é uma parteira", pois a vivência do parto oferece às mulheres uma compreensão intrínseca do processo, algo que os médicos, por estarem focados em questões patológicas, não conseguem alcançar de forma plena:

> [...] Uma parteira autêntica deve ser percebida em primeiro lugar como figura materna [...] se uma mulher teve seus próprios bebês por via vaginal sem medicação, está garantido que sua presença num parto não irá atrapalhar a evolução deste parto[...] Lembremos que na maioria das sociedades tradicionais uma parteira era uma mãe ou avó que tinha tido muitos filhos. As mulheres que tinham muitos filhos normalmente eram aquelas que tinham partos fáceis. [...] Ao selecionar as mulheres que tiveram uma experiência positiva do parto de seu(s) proprio(s) filho(s), oferecemos uma garantia que não pode ser fornecida por qualquer outro modo de seleção. (ODENT, 2003, pp. 136-137)

Para Ciléia, Eliane e Karoline, o parto de seus próprios filhos foi um marco que as levou a questionar o modelo medicalizado de nascimento e buscar alternativas baseadas no respeito ao corpo feminino. Karoline, por exemplo, menciona a experiência traumática de sua cesariana desnecessária como o ponto de partida para sua jornada, enquanto Eliane relata como o nascimento de seu terceiro filho em casa mudou sua percepção sobre o parto e a espiritualidade envolvida. Essa vivência materna compartilhada fortalece a ideia de que o parto não é apenas um evento físico, mas um rito de passagem que conecta a mulher a seus saberes ancestrais. Como Odent destaca, os médicos não deveriam atender eventos fisiológicos, mas apenas patológicos. Nesse sentido, as parteiras assumem o papel de facilitadoras de um processo natural, enquanto os médicos deveriam intervir apenas em casos de complicações reais, deixando o protagonismo nas mãos das mulheres e das parteiras.

Outro ponto de convergência entre as entrevistas é a capacidade das parteiras de lidar com partos que envolvem pequenos riscos fora do habitual, algo que, segundo Michel Odent (2003), está cada vez mais ausente na prática médica. Ele critica o excesso de médicos na obstetrícia, ressaltando que muitos profissionais não possuem a experiência necessária para atender partos com variações da normalidade. As parteiras, por outro lado, acumulam um conhecimento empírico ao longo de suas práticas, muitas vezes atendendo dezenas de partos em um período relativamente curto, o que lhes dá a segurança e a expertise para lidar com situações que, para a medicina alopática, seriam classificadas como de risco.

As três parteiras evidenciam, portanto, um entendimento compartilhado sobre a ligação de seus processos gestacionais e experiências de partos, relacionados ao partejar. Um conceito que reforça a ideia de que o ofício do partejar é algo que nasce da experiência e da conexão íntima com o processo de dar à luz. Assim, o partejar tradicional emerge como uma prática que não apenas preserva os saberes ancestrais, mas também oferece uma alternativa ao modelo medicalizado de parto, propondo um nascimento mais humanizado, autônomo e espiritual.

5 O RECONHECIMENTO DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Em 9 de maio de 2024, o governo federal oficializou o reconhecimento das parteiras tradicionais como patrimônio imaterial do Brasil, conforme divulgado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Esse reconhecimento foi formalizado durante a 104ª Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN. O IPHAN destacou que o reconhecimento do “Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil” como Patrimônio Cultural do País reflete um profundo valor cultural:

> Esse foi um dos temas centrais durante o segundo dia da 104ª Reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), quando o grupo reconheceu o ‘Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil’ como Patrimônio Cultural do País. Após aprovação unânime dos conselheiros presentes à reunião, o Instituto deve proceder com a inscrição do novo patrimônio no Livro de Registro dos Saberes. (IPHAN, 2024).

O conceito de patrimônio imaterial, conforme estabelecido pelo IPHAN, inclui práticas culturais que são transmitidas de geração em geração e desempenham um papel crucial na identidade cultural das comunidades. O dossiê elaborado pelo IPHAN e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) enfatiza que

> [...] as parteiras atuam com uma ideia de atendimento contínuo, integral e holístico, que cobre processos fitoterapêuticos, prescrições alimentares preventivas e curativas, mediação religiosa e regimes de conduta social. Mas – e isso é o mais importante – remédios, banhos, chás, garrafadas, rezas e conselhos não são direcionados apenas às gestantes, puérperas e crianças, como também a outros membros da comunidade. (IPHAN, 2024).

O IPHAN também aponta a relevância das parteiras como figuras comunitárias essenciais que muitas vezes se tornam lideranças respeitadas. Conforme descrito,

> [...] muitas vezes as parteiras se tornam verdadeiras lideranças comunitárias, cuja palavra carrega peso e autoridade. [...] É nesse aspecto que reside o maior valor das parteiras como representantes de uma expressão cultural que merece reconhecimento do Estado. (IPHAN, 2024).

A preservação das práticas de partejar enfrenta desafios significativos, principalmente em um contexto de modernização e urbanização. O IPHAN nota que

> em uma combinação de continuidades ancestrais com, em muitos casos, ausência total de políticas públicas, as parteiras foram e continuam sendo os únicos suportes à vida de centenas de mulheres e seus filhos e filhas. (IPHAN, 2024)

Para assegurar a efetiva preservação e promoção das práticas de partejar tradicionais, o IPHAN comprometeu-se a

> [...] ampliar a mobilização para a construção de um plano de salvaguarda que dê conta da diversidade da realidade do ofício das parteiras tradicionais do Brasil. Dessa forma, o Iphan poderá agir de forma coordenada, incluindo parceiros das esferas governamentais e da sociedade civil.(IPHAN, 2024)

5.1 A Legislação sobre o Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil

O patrimônio imaterial no Brasil é protegido e promovido por uma série de legislações que visam reconhecer e salvaguardar as práticas culturais tradicionais. A Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental nesse contexto, estabelecendo diretrizes para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Nos artigos 215 e 216, a Constituição consagra a importância do patrimônio cultural e a responsabilidade do Estado em sua preservação:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)
>
> § 1o O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
>
> § 2o A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
>
> § 3o A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:
>
> I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
>
> II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
>
> III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
>
> IV – democratização do acesso aos bens de cultura;

V – valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003)

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados

às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico,

arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1o O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2o Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3o A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4o Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5o Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6o É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal de 1988 desempenha um papel crucial na consolidação da proteção do patrimônio cultural imaterial, ao reconhecer a diversidade de expressões culturais no Brasil e garantir que essas manifestações sejam preservadas e difundidas. Os artigos 215 e 216 deixam claro que o Estado tem a responsabilidade de promover e valorizar as culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e outras que fazem parte da formação social do país. Esse compromisso constitucional visa assegurar que as práticas culturais sejam mantidas vivas e acessíveis, permitindo que as gerações futuras possam se conectar com suas raízes e identidades, além de preservar o valor social dessas manifestações no presente.

No contexto do partejar tradicional, o reconhecimento como patrimônio cultural imaterial vai além de uma simples formalidade, sendo um meio de resistir à invisibilização de saberes ancestrais, muitas vezes ameaçados pela modernização e pelos sistemas de saúde medicalizados. O arcabouço legal oferecido pela Constituição é um passo fundamental para legitimar e proteger esses saberes, garantindo que o Estado assuma a responsabilidade pela preservação e transmissão dessas práticas. Esse reconhecimento também promove uma reflexão crítica sobre a importância de respeitar e valorizar os diferentes modos de criar, fazer e viver, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam o pleno exercício dos direitos culturais em todas as suas dimensões.

Além da própria Constituição Federal, a proteção específica do patrimônio imaterial é regulamentada pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como a entidade responsável pela proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Este decreto estabelece a estrutura e as atribuições do IPHAN, consolidando o compromisso do governo com a preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Segundo o Decreto nº 3.551, o IPHAN tem a responsabilidade de garantir a proteção e valorização do patrimônio cultural do Brasil, tanto em sua dimensão material quanto imaterial, assegurando que as expressões culturais tradicionais sejam preservadas (BRASIL, 2000).

A preservação do patrimônio cultural imaterial, como as práticas tradicionais das parteiras, vai além da mera proteção de costumes; envolve a salvaguarda de identidades e a promoção de um legado vivo que conecta o presente ao passado. Através do reconhecimento legal, práticas como o partejar tradicional são fortalecidas e passam a ser vistas como parte essencial da cultura nacional, assegurando que não sejam apagadas por processos de modernização que muitas vezes ignoram a profundidade dos saberes ancestrais.

A valorização dessas expressões culturais pelo Estado é crucial para o combate à marginalização de práticas e conhecimentos tradicionais. Ao garantir que tais expressões permaneçam ativas e acessíveis, o Brasil não apenas cumpre seu dever constitucional de proteção cultural, mas também reafirma o respeito pela diversidade que compõe o país. O fortalecimento dessas práticas reflete a busca por uma sociedade que compreende e valoriza suas raízes, garantindo que essas tradições sejam mantidas e transmitidas às futuras gerações.

Outro instrumento relevante é a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, que reforça o compromisso internacional do Brasil com a proteção das manifestações culturais intangíveis. Este documento, que o Brasil ratificou, enfatiza a necessidade de medidas para garantir a preservação e a continuidade das práticas culturais tradicionais. Segundo a convenção, "os Estados Partes tomarão as medidas necessárias para garantir a proteção e a promoção do patrimônio cultural imaterial de acordo com suas tradições culturais" (BRASIL, 2003).

A integração dessas legislações proporciona uma base sólida para a ação pública e a participação comunitária na preservação do patrimônio imaterial. A Constituição Federal, o Decreto nº 3.551 e a Convenção de 2003 formam um conjunto normativo que orienta políticas e ações voltadas para a valorização das tradições e saberes locais, contribuindo para a diversidade cultural e a identidade nacional. Através desses mecanismos legais, o Brasil reafirma seu compromisso com a proteção e a promoção do seu rico patrimônio imaterial.

Em suma, a legislação brasileira sobre o patrimônio imaterial não só reflete uma consciência cultural avançada, mas também estabelece um modelo de gestão e proteção que pode servir de referência para outras nações. O arcabouço legal

proporcionado pela Constituição, pelos decretos e convenções internacionais assegura que as tradições culturais e os conhecimentos ancestrais sejam preservados, garantindo a continuidade da rica diversidade cultural do Brasil.

5.2. Por que o ofício das parteiras tradicionais é um patrimônio cultural imaterial?

O conceito de patrimônio imaterial, conforme estabelecido pela UNESCO, refere-se a práticas, saberes e técnicas que são transmitidos de geração em geração, e que desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural de uma comunidade. O partejar tradicional se enquadra perfeitamente nessa definição, pois envolve não apenas o ato de auxiliar no nascimento de bebês, mas também uma série de rituais, conhecimentos e valores que moldam a experiência de parto nas comunidades tradicionais.

O reconhecimento do patrimônio cultural imaterial é fundamental para a valorização das tradições e modos de vida que constituem a essência de uma comunidade. Esse patrimônio abrange práticas e saberes transmitidos de geração em geração, preservando a identidade cultural e fortalecendo os laços com o passado. Ao compreender que o patrimônio não se limita a objetos físicos, mas inclui também a memória viva das pessoas, estamos promovendo uma visão ampla de cultura que incorpora elementos como o conhecimento das parteiras tradicionais, as festas populares, os rituais religiosos e as técnicas artesanais. Cada um desses saberes representa uma conexão com a história, a ancestralidade e os valores que definem a identidade coletiva de um povo:

> O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, da história[...]. (IPHAN, 2012, p. 12)

Assim, ao reconhecer as parteiras tradicionais como patrimônio imaterial, o Brasil celebra um saber que está profundamente ligado às raízes culturais do país. Essas mulheres carregam consigo não apenas a responsabilidade de assistir partos, mas também o compromisso de preservar tradições que unem o físico e o espiritual. A prática do partejar tradicional representa um elo com os saberes passados, que

muitas vezes foram marginalizados pela modernidade, mas que resistem como práticas vivas e dinâmicas em diversas regiões do Brasil. Conforme aponta o IPHAN:

> [...] A cultura engloba tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente[...] (IPHAN, 2012, p. 7)

O partejar tradicional vai além da técnica obstétrica: é uma prática cultural que integra dimensões físicas, emocionais e espirituais do cuidado perinatal. As parteiras tradicionais não só assistem ao parto, mas também oferecem suporte emocional e espiritual, envolvendo-se profundamente com as mulheres e suas famílias. Elas utilizam conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais, técnicas de cuidado pós-parto e rituais que promovem a saúde e o bem-estar das mulheres, dos bebês e da comunidade como um todo:

> As parteiras tradicionais são guardiãs de tecnologias ancestrais sobre o partejar, mas também são mulheres que estão em constante produção de novos conhecimentos. Esse sistema de conhecimento é advindo de povos originários, povos da África e da cultura popular europeia. Em suas comunidades rurais, urbanas, indígenas ou quilombolas, por exemplo, as parteiras são responsáveis pela assistência ao pré-parto, parto e pós-parto, além de serem curandeiras e mediadoras de conflitos em seu território. (NASCIMENTO; OLIVEIRA; MÜLLER, 2023, p. 214)

O papel dessas parteiras é especialmente relevante em áreas rurais e regiões onde o acesso à medicina convencional é limitado, mas na contemporaneidade como pudemos ver através das narrativas das parteiras Ciléia, Eliane e Karol, elas também atuam nas áreas urbanas de diversas regiões do Brasil e fora do país. Elas são figuras de confiança e respeito em suas comunidades, e não devem ser vistas como substitutas de médicos ou enfermeiras, mas sim como profissionais do nascimento e parto devidamente capacitadas e reconhecidas pela legislação brasileira, não apenas culturalmente. Além disso, suas práticas garantem a continuidade de tradições que estão profundamente enraizadas nas culturas locais, tornando-se parte essencial da identidade coletiva.

Apesar do reconhecimento oficial, a preservação do partejar tradicional enfrenta vários desafios. Com o avanço da medicalização do parto e a urbanização crescente, muitas práticas tradicionais estão em risco de desaparecer. Além disso, o conhecimento transmitido oralmente pelas parteiras é vulnerável à perda, especialmente à medida que as gerações mais jovens optam por outras formas de assistência ao parto.

Outro desafio significativo é a falta de integração entre as práticas tradicionais e os sistemas de saúde contemporâneos. Muitas vezes, as parteiras tradicionais não são reconhecidas e/ou apoiadas pelos sistemas de saúde pública, como relatado pelas próprias parteiras nas entrevistas desta pesquisa, o que pode levar à marginalização de seus saberes. Para que esse reconhecimento seja eficaz, é necessário que haja políticas públicas que protejam e promovam o papel das parteiras tradicionais, garantindo que seus conhecimentos sejam respeitados e perpetuados.

O futuro do partejar tradicional depende da capacidade das comunidades e das instituições de preservar e adaptar essas práticas em um mundo em constante transformação. O reconhecimento oficial é um passo importante, mas é necessário garantir que esse saber seja protegido contra a apropriação indevida e a comercialização excessiva. As parteiras tradicionais devem continuar a desempenhar um papel ativo na transmissão de seus conhecimentos, assegurando que suas práticas permaneçam autênticas e culturalmente relevantes.

O reconhecimento das parteiras tradicionais como patrimônio imaterial é um marco fundamental na valorização dos saberes ancestrais no Brasil. Esses esforços não apenas celebram o papel central das parteiras na cultura e na sociedade brasileiras, mas também garantem que seus conhecimentos continuem a ser transmitidos e respeitados pelas futuras gerações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PELA DESCOLONIZAÇÃO DOS PARTOS E O RESGATE DA CULTURA DO PARTEJAR TRADICIONAL

Como discutido anteriormente, a hospitalização dos partos no século XX marcou uma transição significativa na forma como os nascimentos passaram a ser geridos. Ao retirar o processo do ambiente doméstico, historicamente assistido por parteiras, e deslocá-lo para o ambiente hospitalar, o parto foi transformado em um evento médico, sujeito a intervenções padronizadas. Esse movimento não apenas institucionalizou o nascimento, mas também impôs uma lógica de controle sobre o corpo feminino e o processo natural do parto. A ideia de que o parto precisa ser monitorado e gerido exclusivamente por profissionais médicos reflete uma forma de colonização dos corpos e das práticas tradicionais, que foram gradualmente deslegitimadas.

Esse processo de hospitalização pode ser interpretado como parte de uma estrutura maior de colonização do saber, em que o conhecimento tradicional das parteiras, muitas vezes associado a práticas ancestrais e comunitárias, foi substituído pelo conhecimento biomédico ocidental. Nesse sentido, descolonizar o parto implica reconhecer a validade e a importância dos saberes tradicionais, permitindo que as mulheres e suas comunidades resgatem a autonomia sobre o processo de nascimento. Isso envolve uma crítica à centralização da autoridade médica e um chamado para a recuperação de práticas de cuidado que respeitem as experiências culturais e individuais.

A descolonização dos partos é um tema que se torna cada vez mais urgente para as discussões sobre os sistemas de saúde contemporâneos. Trata-se de uma resposta ao domínio das práticas ocidentais na medicina, que historicamente negligenciaram os saberes ancestrais e a diversidade cultural associada ao nascimento. Esse conceito visa recuperar e integrar as práticas tradicionais de partejar, proporcionando às mulheres a possibilidade de escolhas mais informadas e respeitosas de seus contextos culturais. Para tanto, é necessário um olhar atento para a pluralidade de saberes e técnicas que, ao longo do tempo, foram marginalizadas pela imposição de modelos médicos coloniais.

O impacto do colonialismo nas práticas de parto reflete um processo de exclusão de saberes não ocidentais. A imposição de práticas médicas ocidentais transformou profundamente a maneira como o parto é visto e vivenciado em muitas culturas. No período colonial, as práticas de saúde foram redefinidas, e as parteiras tradicionais, que ocupavam um papel central nas comunidades, começaram a ser vistas como figuras arcaicas ou supersticiosas. Esse processo de desvalorização tem impactos que persistem até os dias atuais, nos quais as práticas tradicionais muitas vezes são relegadas a um segundo plano, em detrimento de abordagens mais tecnicistas e hospitalares.

As práticas de partejar tradicional, no entanto, possuem uma riqueza que vai além da simples assistência técnica. Elas são carregadas de significados culturais, espirituais e comunitários. Em muitas sociedades, o parto é mais do que um evento médico; é um rito de passagem, um momento de integração com a natureza e com a comunidade. As parteiras tradicionais, com seus saberes transmitidos oralmente ao longo de gerações, trazem uma abordagem holística que considera não apenas o corpo físico, mas também a saúde emocional e espiritual da mulher e do bebê. Esse cuidado integral é um dos elementos centrais que a descolonização dos partos busca resgatar.

Uma das críticas à medicalização do parto é que ela desconsidera o papel ativo da mulher no processo de nascimento. Enquanto as práticas tradicionais valorizam a autonomia da parturiente, a abordagem ocidental tende a colocar a mulher em uma posição passiva, onde o parto é conduzido por profissionais de saúde, em ambientes controlados, como hospitais. Essa perspectiva muitas vezes desumaniza a experiência, retirando dela o componente de poder e conexão com o próprio corpo. A descolonização dos partos, portanto, também envolve o empoderamento das mulheres, oferecendo a elas a possibilidade de escolher como querem dar à luz.

O resgate das práticas de partejar tradicional não significa uma rejeição total da medicina moderna, mas uma busca por equilíbrio. A integração de saberes tradicionais com os avanços da medicina pode resultar em uma abordagem mais completa e respeitosa ao parto. Isso requer um esforço conjunto entre parteiras tradicionais, profissionais de saúde e formuladores de políticas públicas, para que as

práticas tradicionais possam ser reconhecidas e valorizadas no contexto contemporâneo. Para muitas comunidades, esse reconhecimento é fundamental para a preservação de suas identidades culturais e para a promoção de uma saúde mais inclusiva e plural.

As parteiras tradicionais desempenham um papel essencial na transmissão desses saberes ancestrais. Muitas vezes, elas são as guardiãs de práticas que incluem o uso de ervas medicinais, massagens, técnicas de respiração e rituais espirituais. Essas práticas variam de uma cultura para outra, mas todas compartilham o princípio de cuidado centrado na mulher e no bebê. Além disso, a presença da parteira tradicional durante o parto pode ser uma fonte de conforto e segurança emocional para a mulher, o que contribui significativamente para uma experiência de parto mais positiva e menos traumática.

Entretanto, a preservação das práticas de partejar tradicional enfrenta inúmeros desafios. Um dos principais é a falta de reconhecimento institucional. Em algumas localidades, seja pelos sistemas e profissionais de saúde ou mesmo por determinados grupos da própria humanização do parto, as parteiras tradicionais não são oficialmente reconhecidas, o que dificulta sua atuação e perpetua a marginalização de seus saberes. Além disso, a modernização e a globalização têm contribuído para a erosão dessas práticas, com muitas jovens nas comunidades optando por seguir carreiras em hospitais, em vez de aprender as tradições de suas antepassadas.

A resistência cultural também é um obstáculo para a revitalização das práticas tradicionais de partejar. Em alguns contextos, as práticas tradicionais são vistas como arcaicas ou incompatíveis com a modernidade. Superar essa resistência requer um esforço educacional, tanto dentro das comunidades quanto nos sistemas de saúde. As parteiras tradicionais devem ser apoiadas em seus esforços para transmitir seus conhecimentos às novas gerações, e as instituições de saúde precisam estar abertas à ideia de integrar esses saberes nos cuidados de parto.

Programas de integralização de parteiras que incluam ensinamentos sobre as práticas tradicionais podem ser uma ferramenta importante para o resgate desses saberes. Esses programas devem oferecer às parteiras uma formação abrangente

que considere tanto o aspecto técnico quanto o cultural do parto. A criação de espaços de diálogo entre parteiras tradicionais e profissionais de saúde também pode ajudar a construir pontes entre essas duas abordagens, favorecendo uma troca de saberes que beneficie as mulheres e suas famílias.

As políticas públicas têm um papel crucial nesse processo de descolonização dos partos. A criação de políticas que reconheçam e apoiem as práticas tradicionais é fundamental para garantir que esses saberes não desapareçam. Além disso, o reconhecimento legal das parteiras tradicionais, não como leigas, mas como mulheres plenamente capazes de exercer seus ofícios, pode facilitar seu acesso aos recursos necessários para continuar atuando em suas comunidades e em outras localidades. O fortalecimento dessas políticas pode ser um passo importante na construção de um sistema de saúde mais inclusivo e plural, onde as práticas tradicionais sejam valorizadas e respeitadas.

A descolonização dos partos é, em última análise, uma questão de justiça social e cultural. Ao reconhecer o valor dos saberes tradicionais, estamos também reconhecendo a importância das mulheres que mantêm esses saberes vivos. Isso implica em valorizar a diversidade e respeitar os direitos das mulheres de escolher como querem dar à luz. É um movimento que vai além da saúde física, tocando em questões de identidade, pertencimento e empoderamento.

A revitalização das práticas de partejar tradicional pode trazer benefícios não apenas para as mulheres e seus bebês, mas também para toda sociedade. Ao preservar esses saberes, fortaleceremos nossa identidade cultural e promoveremos um senso de continuidade entre as gerações. Além disso, a abordagem holística das parteiras tradicionais pode contribuir para uma experiência de parto mais humanizada e menos intervencionista, o que pode resultar em melhores resultados de saúde para as mães e os recém-nascidos.

É fundamental que continuemos a questionar o modelo único de parto que tem sido imposto pelo sistema médico ocidental. Ao abrir espaço para a diversidade de práticas e saberes, podemos criar um ambiente de saúde mais inclusivo e respeitoso. Isso requer um esforço contínuo para descolonizar nossas mentalidades

e práticas, reconhecendo que o parto não é um evento médico, mas uma experiência profundamente cultural e espiritual.

7. REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. ***Ouvir contar: textos em história oral***. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BIAGGIOLI, Ciléia. **Sementeiras do bem-nascer: resgate ancestral para partejar um novo mundo.** São Paulo: Editora Alarde, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Artigos 215 e 216. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e dá outras providências.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%20n%C2%BA%203_551%20de%2004%20de%20agosto%20de%202000.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Horizontes Antropológicos, UNB Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.

CARVALHO, José Jorge de. **Poder e silenciamento na representação etnográfica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In.: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo, Contexto, 2001. p. 78-114.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza M. de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). **Mulheres no mundo:**

etnia, marginalidade, diáspora. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária – UFPB, 2005.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: MACHADO, Roberto (Ed.) **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008. p. 99-111.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conheça o IPHAN.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234. Acesso em: 14 fev. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Ofício Saberes e práticas das parteiras são patrimônio do Brasil.** Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/oficio-saberes-e-praticas-das-parteiras-sao-patrimonio-do-brasil. Acesso em: 09 mai. 2024.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In.: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: **uma análise cultural da reprodução.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 384 pp.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.241-264.

NASCIMENTO, Sandy Swamy Silva do; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; MÜLLER, Elaine. **Parteiras Tradicionais e Patrimônio Imaterial: Um Estudo do Museu da Parteira-PE na Luta por Garantia de Direitos.** Revista FSA, Teresina, v. 20, n. 7, art. 11, p. 211-238, jul. 2023.

ODENT, Michel. **O camponês e a parteira: uma alternativa à industrialização da agricultura e do parto.** Tradução de Sarah Bauley. São Paulo: Editora Ground, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história.** CNT-Compostela, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, Luana de Paula. **O partejar tradicional e a reterritorialização dos modos de "saber-fazer"**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis. Orientador: Odemar Leotti.

SANTOS, Luana de Paula. **Saberes ancestrais: qual a importância das parteiras tradicionais para o combate às violências obstétricas e às cesáreas desnecessárias?** Revista da ANPG, São Paulo, v. 3, n. 1, pp. 7-14, 2022.

SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter (org.). ***A escrita da história: novas perspectivas*.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 63-95.

SCHEELE, Eliane; SANT'ANA, Elma; MIRANDA, Luciano. **Dona Livette, a parteira raiz: uma pioneira no contexto da política higienista.** São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

8. ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “Sabedoria Ancestral, Práticas Contemporâneas: Narrativas do Partejar Tradicional no Século XXI” cujo pesquisadora responsável, a qual aplicará as entrevistas, é Luana de Paula Santos, RG.: 49.372.768-1.

Os objetivos do projeto são: registrar em campo histórico, as tradições culturais transmitidas de uma parteira a outra, geração após geração, entre seus saberes e fazeres; e como os discursos e práticas da medicina se apropriaram e tentaram deslegitimar o partejar tradicional. A Sra. está sendo convidada porque faz parte da rede de parteiras tradicionais da região ou por ter tido um parto assistido por uma parteira tradicional, podendo contribuir para esta pesquisa e a valorização da memória local.

A Sra. tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma . Caso aceite participar sua participação consiste em oferecer narrativas acerca de seu exercício enquanto parteira tradicional na região ou seu relato de parto, através de entrevistas. A Sra. também poderá obter informações sobre esta pesquisa no através do meu e-mail: luana.paula.santos@gmail.com ou celular (11) 91361-7921, a qualquer momento durante a pesquisa, e através dos mesmos meios de contato e da biblioteca de dissertações do Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina, da Universidade Federal da Integração Latino Americana, após sua conclusão.

Rubricas

_____ (Participante)

_____ (Pesquisadora)

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para a sra. são a exposição de imagem e discurso, os quais serão divulgados cuidadosamente apenas para os fins desta pesquisa.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: valorização da diversidade cultural, resgate às tradições dos partos tradicionais, promover o combate às violências obstétricas e cesarianas desnecessárias, valorização do partejar como patrimônio imaterial etc.

Também estão assegurados à Sra. o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos à sra. o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. A sra. pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Luana de Paula Santos a qualquer tempo para informação adicional no endereço Rua Kenkiti Shimomoto, 1300 e no celular (11) 91361-7921.

A sra. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA.

Portanto,Eu,_____
_____, RG.: _____ li e compreendi as informações acima. Estou ciente de que minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento durante a pesquisa sem qualquer prejuízo. Concordo em participar da pesquisa descrita e escolho:

( ) Manter a Identidade em Sigilo
( ) Manter a Identidade Identificável

Rubricas
_____ (Participante)
_____ (Pesquisadora)

_____

(Assinatura da Participante)

_____

(Assinatura da Pesquisadora)

Rubricas

_____ (Participante)

_____ (Pesquisadora)

ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **Apresentação pessoal**: Agradecer pela disponibilidade e explicar o objetivo da entrevista.
- **Explicação sobre a pesquisa**: Descrever brevemente o foco da sua dissertação e como as informações fornecidas serão utilizadas.
- **Consentimento**: Confirmar se a parteira está confortável em participar e em ser gravada, se for o caso.

Perguntas Gerais

1. **História pessoal**
    - Como começou a atuar como parteira?
    - Quais influências (familiares, culturais, espirituais) a levaram a seguir essa prática?
    - Como era o processo de aprendizado e transmissão de conhecimento na sua formação?
2. **Prática e Técnica**
    - Poderia descrever como é o seu trabalho de parteira, desde o primeiro contato até o pós-parto?
    - Quais técnicas ou práticas específicas você utiliza? Houve alguma adaptação dessas práticas ao longo do tempo?
    - Como você lida com situações de emergência? Há colaboração com outros profissionais de saúde?
3. **Relação com a Comunidade**
    - Como é a sua relação com as gestantes e suas famílias?
    - De que forma a comunidade vê e valoriza o seu trabalho?
    - Como você percebe a importância das parteiras na sua comunidade?
4. **Desafios e Resiliência**
    - Quais os maiores desafios que você enfrenta como parteira nos dias de hoje?
    - Houve mudanças significativas na prática de parteira ao longo dos anos? Se sim, quais?
    - Como você se mantém atualizada ou como busca novos conhecimentos para aprimorar seu ofício?
5. **Reflexões sobre o Futuro**
    - Como você vê o futuro da prática das parteiras tradicionais?
    - Que conselhos ou orientações você daria para mulheres que desejam seguir esse caminho?
    - Como você acha que as parteiras tradicionais podem contribuir para as políticas de saúde contemporâneas?

Encerramento

- **Agradecimento**: Agradecer novamente pela participação e pela contribuição valiosa.
- **Informações adicionais**: Perguntar se há algo mais que ela gostaria de compartilhar ou se tem algo que não foi abordado e que considera importante.

ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - PLATAFORMA BRASIL

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS - FAM

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Sabedoria Ancestral, Práticas Contemporâneas: Narrativas do Partejar Tradicional no Século XXI

Pesquisador: LUANA DE PAULA SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 59521022.5.0000.9487

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.075.500

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos ¿Apresentação do projeto¿, ¿Objetivo da pesquisa¿ e ¿Avaliação dos riscos e benefícios¿ foram retiradas do arquivo ¿Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2397641_E1.pdf) de 03/09/2024.

Introdução

Em muitas situações, as parteiras além do partejar desempenham também os papéis de benzedeiras, curandeiras e raizeiras, cuidando das gestantes e parturientes, e também dos demais moradores das comunidades em que vivem. Durante o período colonial no Brasil, estes ofícios e todos os cuidados relacionados à saúde eram exercidos majoritariamente pelas mulheres indígenas, africanas, afrodescendentes ou até mesmo pelas portuguesas, em uma rede de trocas de saberes ancestrais imersa em ritos e crenças populares. Entretanto, com o passar dos séculos, os avanços da medicina e do mercantilismo foram infiltrando-se e apropriando-se dos protagonismos destas mulheres. A partir da década de 1960, com o advento do êxodo rural e da urbanização das cidades, essas mulheres foram perdendo espaços no âmbito dos cuidados da saúde, inclusive no partejar. O que resultou em diversas políticas por parte dos órgãos de saúde brasileiros de higienização da obstetrícia, fosse pela exclusão destas mulheres dos cenários dos partos e deslocamento dos corpos das parturientes para os

hospitais, ou através de cursos para ¿profissionalizar¿ o partejar através de formação de parteiras. Diante dessas mudanças de cenários e integração de novos (as) sujeitos neste contexto, os partos passaram a contar notadamente com a figura masculina, a partir da presença dos médicos, o que desencadeou em uma colonização dos saberes, e na perda de espaços para as parteiras atuarem, ou mesmo em seus deslocamentos para os hospitais na condição de assistentes dos médicos obstetras, de maneira muito subjugada, resultando também na crescente perda de protagonismo das parturientes durante seus partos. Muito embora tenha ocorrido todo este processo de deslocamento de saberes tradicionais e populares, ainda é possível encontrar parteiras tradicionais no território brasileiro, atuantes no partejar ou não. Nesse contexto há um emaranhado de conflitos e relações que perpassam: a hierarquização dos saberes, a partir da colonialidade do conhecimento; relações de poder e a hierarquização de gêneros, a qual tem sobreposto os homens em relação às mulheres, diante do patriarcado. Neste sentido, o presente projeto de pesquisa de mestrado busca, dentre o ouvir e falar, escrever sobre as parteiras tradicionais do século XXI; e suas narrativas, ressignificações e resistências, para um ¿des-silenciamento¿ das vozes destas mulheres enquanto sujeitos ativos na história. I

Metodologia Proposta:

Para o desenvolvimento desta pesquisa pretendo utilizar como fonte metodológica primária a história oral, através de entrevistas audiovisuais, realizadas com as parteiras tradicionais e parturientes no estado de São Paulo, as quais ainda estou localizando. Estas mulheres serão mapeadas a partir de dados da Associação de Parteiras e também por contatos com profissionais da saúde e moradores (as) de comunidades da região. Um dos resultados esperados desta proposta de pesquisa é além de transcrever os relatos destas mulheres e dar visibilidade às suas vozes por meio da dissertação é a produção de um documentário a partir das entrevistas e escritos sobre as parteiras. Segundo Verena Alberti (2004), pensar a história oral como fonte, traz à tona uma vivacidade do passado, por meio de relatos das experiências de quem o viveu, mas para tanto, é necessário do (a) entrevistador (a) uma percepção para além de uma simples narrativa de algo fictício ou como construção do passado, mas sim como uma história democrática, contada e protagonizada por sujeitos até então marginalizados. Sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro; aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu ¿ e, por isso dá vida a ¿ as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes.¿ (ALBERTI, 2004. p. 197)Dentro desta perspectiva é que pretendo em um processo de

historicidade possibilitar visibilidade ao contar destas mulheres que exerceram e exercem ainda hoje em alguns locais, papel importante em nossa sociedade, mesmo após a deslegitimação e apropriação de saberes com os adventos da medicina, dos processos de urbanização e civilização; e do capitalismo. Para fundamentar a metodologia escolhida, pretendo trabalhar com duas linhas dentro da história oral, são elas: Padrões de socialização e de trajetórias (ALBERTI, 2004) e Registro de tradições culturais (idem). O instrumento de pesquisa deste trabalho será analisado sob a ótica de duas obras: Ouvir contar: textos em história oral (Verena Alberti, 2004) e A voz do passado: história oral (Paul Thompson, 1992). Além da metodologia de história oral, a referida pesquisa contará com a investigação de dados e publicações do Ministério da Saúde, mapeamento e localização dessas mulheres através de consultas às Associações de Parteiras, dentre pesquisas junto a outros órgãos e materiais teóricos que possam contribuir ao longo do trabalho. Critério de Inclusão: As mulheres selecionadas para as entrevistas devem atuar como parteiras tradicionais na contemporaneidade ou ter tido partos assistidos por parteiras tradicionais.

Objetivo da Pesquisa:

Registrar em campo histórico, as tradições culturais transmitidas de uma parteira a outra, geração após geração, entre seus saberes e fazeres; e

como os discursos e práticas da medicina se apropriaram e deslegitimaram o partejar tradicional.

Objetivo Secundário:

Verificar a partir de entrevistas as transformações, ressignificações e resistências dos saberes das parteiras tradicionais atuantes no século XXI;

Identificar os impactos causados pelos discursos médicos no cenário da obstetrícia;Apresentar através das entrevistas a serem realizadas com as

parteiras tradicionais, os lugares dos discursos dessas quanto à reterritorialização de seus espaços de trabalho; Produzir a partir das entrevistas

audiovisuais, como um dos resultados da pesquisa, além da dissertação, um documentário sobre estas parteiras tradicionais

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Exposição da imagem e narrativas a partir do texto da dissertação e das gravações, as quais serão utilizadas apenas para fins desta pesquisa.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS - FAM

Benefícios:

Contribuições para as discussões acerca da humanização do parto e nascimento, coibição das violências obstétricas e altos índices de cesarianas

desnecessárias. Além do resgate e valorização das memórias tradicionais, por meio das narrativas das parteiras.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma emenda ao parecer 5.606.150 CAAE 59521022.5.0000.9487 de titulo PARTEIRAS TRADICIONAIS CAIÇARAS E QUILOMBOLAS NO VALE DO RIBEIRA , onde a pesquisadora solicita a alteração do título para PARTEIRAS TRADICIONAIS NO SÉCULO XXI

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

¿Vide item Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Recomendações:

¿Vide item Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se encontram óbices éticos na solicitação da emenda.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado conforme parecer do colegiado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2397641_E1.pdf	03/09/2024 21:39:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	modelotcleassinado.pdf	03/09/2024 21:37:28	LUANA DE PAULA SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhadeRosto_resultado_assinado.pdf	08/08/2024 15:03:45	LUANA DE PAULA SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoLuanaaposparecercepfam.pdf	29/06/2022 18:35:16	LUANA DE PAULA SANTOS	Aceito
Outros	respostaparecer.pdf	29/06/2022 18:34:29	LUANA DE PAULA SANTOS	Aceito

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS - FAM

Continuação do Parecer: 7.075.500

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SAO PAULO, 13 de Setembro de 2024

Assinado por:
SANDRA MARIA DA PENHA CONCEICAO
(Coordenador(a))